

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

LISBOA A SÉRIO!

Uma situação política insustentável, com o Presidente, o Vice-Presidente e a Vereadora adjunta do Presidente, todos constituídos arguidos, num processo de corrupção por venda de terrenos da Câmara.

Mais de mil milhões de euros de dívida. E uma maioria de bloqueio na Câmara, pela negativa, sem qualquer oposição construtiva!

A Câmara Municipal de Lisboa não merece isto e era por isso necessário devolver a palavra aos Lisboetas.

Todos queriam e exigiam eleições antecipadas, mas todos agora criticam Marques Mendes por ter decidido, por uma questão de princípio, tão arredada da vida política, realizar eleições.

Elevam-se vozes tonitruantes exigindo a cabeça de Marques Mendes por ter entregue o “ouro aos bandidos”, isto é perdido a Câmara de Lisboa para o PS... Precipitações! E mal se vai quando o melhor desejo que se pode ter é o mal do PSD... e de Lisboa!

Marques Mendes decidiu eleições, sem pensar se as ganha ou as perde, como o faz um grande político. Decidiu por princípios. Decidiu bem! Aos Lisboetas de julgar. Mas o PSD pode estar de cabeça erguida e de consciência tranquila.

E a responsabilidade de toda esta situação em Lisboa, é de quem? A BRAGAPARQUES nasceu e cresceu em Lisboa? Desenvolveu os seus negócios com o PSD?

Só para quem não tem ideia das coisas e memória curta.

Por detrás do crescimento dos negócios da BRAGAPARQUES só podem ter ajudado Mesquita Machado, Presidente da Câmara Municipal de Braga do PS há tantos anos que se perdem no tempo e onde nasceram os primeiros parques subterrâneos polémicos, e João Soares, ex-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ao tempo em que foram adjudicados todos os parques de estacionamento que possuem na Capital.

E donde vem a enorme dívida da Câmara? É fruto apenas dos últimos seis anos do PSD?

Claro que não! Estranhamente o Vereador das finanças de João Soares e de Carmona Rodrigues foi o mesmo...

Não tem António Costa, o agora candidato do PS, a principal responsabilidade por ter atrofiado financeiramente as Autarquias com a nova lei das finanças locais? Nunca julgou ver-se candidato!

Pelo PSD avançou Fernando Negrão. Homem íntegro, com um passado de magistrado, incorrupto, conhecedor, com fortes preocupações sociais. No apoio aos mais desfavorecidos, à terceira idade, tão abandonada em Lisboa, e ao problema da toxicod dependência, de que tem larga experiência no seu combate.

É altura de pensar e agir em Lisboa a sério!

Governo não é solução: é o problema!



“O passado está
esgotado. Temos de
inventar novas soluções”

Destaques:

Actividades do Presidente

Pag. 2 e seguintes

Fernando Negrão:Reequacionar a Ota é necessário e imprescindível

No interior, em “Candidatura à CML”

PSD exige de Mário Lino um “pedido formal de desculpas” à Margem Sul do Tejo

No interior, em “actividades do PSD”

O maior problema de Portugal está no Governo!

“O passado está esgotado. Temos de inventar novas soluções”

O presidente do PSD aconselhou, no sábado, o nosso Partido, a “deixar os ruídos internos e a virar-se lá para fora”, em referência às críticas do partido pelo modo como geriu a crise na Câmara de Lisboa.

Marques Mendes, que intervinha no Porto, no final de um jantar de homenagem ao ex-líder da JSD Daniel Figueiro, que foi eleito Vice-presidente da Juventude do Partido Popular Europeu, sustentou que as pessoas podem pensar do seguinte modo: “Se eles não se entendem, como é que a gente há-de confiar neles”.

Perante uma plateia constituída, na sua esmagadora maioria, por elementos da JSD, entre os quais se contava o actual líder da estrutura, Pedro Rodrigues, Marques Mendes insistiu: “Não é um problema meu, pessoal, é um problema de todos. (...) Se só falarmos uns para os outros não servimos para nada”.

Depois de afirmar que “os adversários do PSD estão lá fora e não cá dentro”, terminou lembrando Sá Carneiro, fundador e uma das grandes referências políticas do partido, para quem o importante era “pensar, de facto, em Portugal e não nos ruídos internos”.

Antes, o dirigente social-democrata teceu alguns comentários acerca do estado do país, dizendo, por exemplo, que “este ano Portugal vai passar para o 20º lugar” entre os países da União Europeia no que toca ao desenvolvimento económico” e que “qualquer dia vai mesmo para a cauda da Europa”, isto é para o 27º lugar.

“O problema não está nos portugueses, o problema está nas políticas, certas quando Cavaco Silva foi primeiro-ministro (1985-1995), erradas hoje”, considerou, citando depois o recém-eleito presidente da República francesa, Nicolas Sarkozy: “O passado está esgotado. Temos de inventar novas soluções”.

Marques Mendes entende, por isso, que é preciso “encontrar um novo modelo de governação, sob pena de o país não nos levar a sério e não sairmos da cepta torta”.

Para fechar este capítulo, dirigiu um breve ataque ao executivo de José Sócrates: “O desgoverno que vai por aí, no governo, é mais do que muito”.

À entrada para o jantar, Marques Mendes falou à comunicação social, mas apenas sobre a polémica questão do novo aeroporto de Lisboa e para frisar que o Governo podia estar à vontade no caso de aceitar repensar a decisão de o construir na Ota. Se tal



acontecer, garantiu, “serei o primeiro a saudar o Governo”.

Num comentário em que referiu mais do que uma vez ao apelo feito pelo presidente da República, Cavaco Silva, na sexta-feira passada, com vista a ser encontrado um “consenso político” nessa matéria, o presidente do PSD fez um pedido ao primeiro-ministro, José Sócrates: “Abandone as suas teimosias”.

Marques Mendes prometeu que “não haverá uma palavra de crítica [do seu partido] se o Governo mudar de opinião”. Se o problema for esse, isto é, se o Governo tiver medo de ser criticado por “mudar de opinião”, sublinhou, “está ultrapassado” com a palavra dada pelo líder social-democrata.

Marques Mendes confessou que não tem uma alternativa à preferência governamental por localizar o novo aeroporto na Ota, mas alega que esta opção é “muito cara” e tem um prazo de vida muito curto.

“O Governo tem sido de uma enorme teimosia nesta matéria. Não consigo compreender porquê”, concluiu.

Marques Mendes quer que o primeiro-ministro assuma uma atitude séria perante recentes declarações de Mário Lino

Marques Mendes quer que o Primeiro-ministro obrigue o ministro das Obras Públicas a pedir desculpas pelas referências que fez à margem sul do Tejo ou então que despeça Mário Lino. «Este é um problema uma vez mais do Primeiro-ministro: ou obriga o ministro das Obras Públicas a pedir desculpas ou o despede por indecente e má figura», afirmou o presidente do PSD, durante um jantar de apoio ao candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, quinta-feira à noite.

Recorde-se que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações afastou quarta-feira a hipótese do aeroporto se localizar na margem sul do Tejo por as zonas de Poceirão, Faiais e Rio Frio [as alternativas técnicas à Ota] constituírem um «deserto».

Marques Mendes classifica estas declarações «não apenas como um delírio mas como uma provocação e

um insulto».

O líder do PSD referiu-se ainda à perseguição a Fernando Charrua, professor de inglês e antigo deputado do PSD, que, por ter feito um comentário à licenciatura do primeiro-ministro, foi suspenso pela directora regional de Educação do Norte e está neste momento a ser alvo de um processo disciplinar. «Ou o Governo demite a directora regional ou, então, é conivente com esta situação. Não é apenas um problema da ministra mas de cumplicidade do Primeiro-ministro», sublinhou.

A decisão do Governo de manter o congelamento das carreiras da função pública até 2009 foi igualmente alvo das críticas de Marques Mendes, que considerou ser altura de deixar de maltratar os funcionários públicos e tratá-los «como bodes expiatórios de um Governo que não conseguiu controlar a despesa pública».

O despedimento de 500 trabalhadores da empresa Delphi, na Guarda, mereceu também um comentário crítico de Marques Mendes, que lembrou o desmentido feito pelo secretário de Estado da

Indústria a declarações do ministro da Economia. «O ministro Manuel Pinho disse que o problema destes trabalhadores estava resolvido em Castelo Branco, depois o secretário de Estado desmentiu, dizendo que não havia emprego para nenhum deles», frisou.

O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tinha afastado quarta-feira passada, a hipótese do aeroporto se localizar na margem sul do Tejo por as zonas de Poceirão, Faiais e Rio Frio (as alternativas à Ota) serem um «deserto».

«Fazer um aeroporto na margem Sul seria um projecto megalómano e faraónico, porque, além das questões ambientais, não há gente, não há hospitais, não há escolas, não há hotéis, não há comércio, pelo que seria preciso levar para lá milhões de pessoas», sustentou Mário Lino.

Classificando estas declarações «não apenas como um delírio mas como uma provocação e um insulto», Marques Mendes foi mesmo ao ponto de considerar que as afirmações de Mário Lino são «de alguém que já não está bom da cabeça».

«Foi um insulto à população, aos autarcas, aos trabalhadores», sublinhou Marques Mendes, caracterizando Mário Lino como «um inenarrável ministro».

«Mas o problema não está no disparatado ministro, mas no Primeiro-ministro que lhe dá cobertura», observou o líder social-democrata.

Marques Mendes adverte que António Costa será delegado do Governo na Câmara de Lisboa

O presidente do PSD considera que o candidato do PS à Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, poderá servir os interesses do Governo no município, caso vença as eleições intercalares para a autarquia da capital. «Se António Costa fosse eleito seria um delegado do Governo junto da Câmara Municipal», advertiu Marques Mendes, quinta-feira à noite, durante um jantar de apoio ao candidato do PSD, que juntou mais de 600 pessoas, em Lisboa.

Defendendo que Lisboa precisa «um presidente a sério e que bata o pé ao Governo, quando necessário», Luís Marques Mendes entende que os lisboetas devem ponderar sobre o que realmente está em causa no dia 15 de Julho. «António Costa era até há poucos dias o número dois do Governo. É impossível que os lisboetas ao votarem nele não pensem no Governo. António Costa era um dos rostos mais fortes da política do executivo», referiu.

Por seu turno, o candidato do PSD à Câmara de Lisboa apontou algumas prioridades para o seu mandato, caso vença as eleições. Fernando Negrão

anunciou que o aeroporto da Portela será uma dessas prioridades, garantindo não dar tréguas no combate para evitar que Lisboa deixe de ter aquela infra-estrutura. «Os lisboetas não querem a saída do

aeroporto da Portela», salientou.

Fernando Negrão alertou ainda para a necessidade de os eleitores estarem atentos à demagogia e à mudança súbita e repentina de opinião do candidato socialista à

Câmara de Lisboa. «António Costa será a via verde para a saída do aeroporto da cidade de Lisboa», lembrou.

– Fontes: Lusa, DN, Público, RDP

Actividades do PSD

Sociais-democratas disponíveis para negociar círculos uninominais

«Ideal seria “uma redução de um terço do actual número de deputados»

O líder parlamentar do PSD afirmou no fim da semana passada que os sociais-democratas estão disponíveis para negociar com o PS a criação de círculos uninominais e “no limite” aceitar o modelo dos socialista, mas considerou “incontornável” a redução do número de deputados.

«A diminuição possível do número de deputados coloca-se para nós como incontornável nesta reforma, pelo que aqui deixo a abertura e a disponibilidade do PSD para, quanto ao modelo dos círculos e sua natureza, se necessário para um acordo, evoluir, no limite, para o modelo apresentado pelo PS», disse o líder da bancada do PSD, Luís Marques Guedes.

Numa conferência de imprensa no Parlamento, o líder parlamentar social-democrata apresentou a proposta que o partido irá entregar esta semana para a reforma do sistema eleitoral da Assembleia da República e que tem como objectivos essenciais “a devolução do prestígio à Assembleia da República e à função de deputado e a aproximação entre eleitos e eleitores”.

Relativamente à redução do número de deputados, reforma que terá em vista uma “maior operacionalidade e eficácia do trabalho parlamentar”, Marques Guedes admitiu que, para o PSD, o ideal seria “uma redução em cerca de um terço do actual número de deputados”, ou seja, para 151 deputados.

«Cento e cinquenta e um deputados parece-nos um número perfeitamente adequado para a nossa Assembleia», sublinhou o líder da bancada social-democrata.

Contudo, acrescentou Marques Guedes, o PSD tem consciência que a Constituição não permite uma redução maior do que para 180, pelo que na proposta que irá entregar na



Assembleia da República “se acomoda a esse número”, preconizando uma redução para 181 deputados.

Quanto à introdução de círculos uninominais, os sociais-democratas defendem a instituição de um “sistema de voto duplo”: um no círculo nacional, para a escolha da força política a qual se quer entregar o Governo do país, outro no círculo da área residencial, para a escolha do deputado que melhor represente “os desejos, interesses e inquietudes locais”.

No modelo proposto pelo PSD, nas regiões autónomas e fora do território nacional os círculos mantêm-se plurinominais, por razões relativas à própria dimensão dos círculos.

Marques Guedes assegurou que este modelo “resulta bem melhor do que o sistema em vigor no que concerne a uma efectiva proporcionalidade da representação, qualquer que seja o número de deputados”.

“Essa é uma falsa questão. Não é

verdade o ‘papão’ que a mera redução afecta a proporcionalidade”, acrescentou.

Sobre as negociações com o PS para a aprovação desta reforma, Marques Guedes lembrou que será necessário o acordo entre os dois maiores partidos já que, de acordo com a Constituição, as leis eleitorais têm de ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos deputados em efectividade de funções.

Porém, sublinhou, um entendimento pressupõe “cedências e compromissos de parte a parte”.

Por isso, o PSD está disponível para “no limite” aceitar o modelo socialista para os círculos uninominais, “desde que haja disponibilidade para a redução do número de deputados”, acrescentou o líder parlamentar social-democrata.

«A proposta que apresentamos é a que mais se coaduna com os nossos princípios, mas temos disponibilidade para evoluir até ao modelo do PS”, salientou, reconhecendo a “dificuldade” em encontrar o melhor modelo, pois trata-se de uma questão complicada.

Questionado sobre se relativamente à redução do número de deputados o PSD também está disponível para ceder quando ao número de 181, Marques Guedes escusou-se a revelar até onde os sociais-democratas admitem ir.

«Não estou a fazer negociações, estou numa conferência de imprensa», sublinhou.

Marques Guedes fez, contudo, questão de recordar que há cerca de um ano foi aprovado por unanimidade na Assembleia da República a redução em um terço do número de deputados da Assembleia Legislativa da Madeira.

Em declarações aos jornalistas já depois da conferência de imprensa do PSD, o líder parlamentar socialista reiterou a existência de obstáculos a



uma redução do número de deputados de 230 para 181, como propõe o PSD, alegando colidir com critérios de representação territorial e de pluralidade política.

Relativamente à altura em que o PSD pretende levar a revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República a debate em plenário, Marques Guedes mostrou-se disponível para deixar a questão para depois das férias parlamentares.

“É indiferente ser antes ou depois do Verão”, referiu, apontando, contudo, o final deste ano como o prazo limite.

“Sempre dissemos que 2007 seria o ano para se mexer nas leis eleitorais”, disse, lembrando que a partir de 2008 recomeçam os ciclos eleitorais e que, por isso, este “é o momento ideal para empreender esta reforma”.

O líder parlamentar do PSD adiantou ainda que antes no final desta sessão legislativa, o partido irá apresentar a sua proposta de revisão da lei eleitoral para as autarquias locais.

PSD exige de Mário Lino um “pedido formal de desculpas à Margem Sul do Tejo

O PSD exigiu hoje que o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, faça um pedido formal de desculpas pelas suas declarações sobre a localização do futuro aeroporto de Lisboa.

Em declarações à agência Lusa, o vice-presidente da bancada do PSD, Pedro Duarte considerou as declarações do ministro “paradigmáticas da falta de rigor técnico com que a Ota é defendida pelo Governo” e aconselhou o primeiro-ministro a “parar para pensar”.

“O mínimo que se exige do ministro Mário Lino é que faça um pedido formal de desculpas, rectificando-se e retratando-se”, declarou, acrescentando, porém, que “a questão de fundo é a forma como o primeiro-ministro está a lidar com este dossier”.

O ministro das Obras Públicas rejeitou quarta-feira a localização do

futuro aeroporto de Lisboa na margem Sul do rio Tejo, alegando que “seria um projecto faraónico, porque, além das questões ambientais, não há gente, não há hospitais, não há comércio, pelo que seria preciso levar para lá milhões de pessoas”.

Pelo contrário, prosseguiu Mário Lino, a Ota está numa região onde se concentram “vilas, turismo, indústria e população”, concluindo que “não é no deserto que se faz um aeroporto”.

Mário Lino afirmou mais tarde que comparou um deserto apenas às zonas apontadas para construção de um aeroporto na margem Sul, Poceirão, Rio Frio e Faias, e não a toda a região da margem Sul.

“São declarações disparatadas, porque manifestam uma falta de discernimento político e um total desconhecimento da realidade do país, e insultuosas para toda a população da margem Sul”, reagiu Pedro Duarte.

Confrontado com o pedido de demissão de Mário Lino feito pelo deputado social-democrata Luís Rodrigues, eleito por Setúbal, Pedro Duarte não acompanhou essa posição, mas considerou normal que o seu colega “se sinta revoltado”.

“Expressou provavelmente a opinião da generalidade da população da margem Sul”, disse.

Centrando as responsabilidades pela decisão sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa no primeiro-ministro, José Sócrates, o vice-presidente da bancada do PSD aconselhou-o a “parar para pensar e pôr a mão na consciência”.

O Governo está numa atitude de “fuga para a frente” e as declarações de Mário Lino são “paradigmáticas da falta de rigor técnico com que a Ota está a ser defendida”, sustentou, concluindo que o executivo pretende tomar “uma decisão política sem rigor técnico”.

Questionado sobre as explicações do ministro, de que quando falou de deserto se referia apenas às zonas de Poceirão, Rio Frio e Faias, Pedro Duarte comentou: “Até parece que na Ota há um hospital ou uma escola”.

O deputado do PSD afirmou que essas declarações “vão no seguimento das anteriores” e frisou que o Mário

Lino “não pediu desculpas à população da margem Sul”. – **Nota da redacção do Povo Livre: As povoações que, na zona da Ota, se encontram aproximadamente à mesma distância que Poceirão, Rio Frio e Faias se encontram de Hospitais, Universidades e Indústrias de ponta, são: Aldeia Galega de Mercearia, Vila Verde dos Francos e Carnota, onde não há notícia da existência de Hospitais, Universidades, Institutos de Investigação e Indústrias...**

Oposição unânime contra perseguição a professor, por «delito de opinião»

O PSD, acompanhado pelos Partidos da Oposição, exigiram a demissão da directora regional de Educação do Norte, lançando duras críticas ao silêncio do Governo acerca do processo disciplinar movido ao professor Fernando Charrua por “delito de opinião”.

O caso que motivou a suspensão do professor de inglês e ex-deputado do PSD Fernando Charrua por alegadamente ter insultado o primeiro-ministro foi levantado no plenário da Assembleia da República pelo líder parlamentar social-

democrata, Luís Marques Guedes, Educação querem ser “levados a sério” é necessário que “ponham na rua a directora regional e determinem a imediata readmissão do professor”.

Caso contrário, estão “a chorar lágrimas de crocodilo e a ser cúmplices desta infâmia”, referiu Marques Guedes, que no final da sua intervenção foi aplaudido de pé pelos deputados da sua bancada parlamentar.

A intervenção do líder parlamentar social-democrata suscitou reacções de todas as bancadas parlamentares, com o CDS-PP a lamentar que o primeiro-ministro tenha esperado quatro dias para falar sobre este caso.

“E não faz o que devia que era remover a directora regional”, sustentou o deputado democrata-cristão Pedro Mota Soares.

Pelo PCP, o líder da bancada, Bernardino Soares, classificou a situação como “inqualificável” disse ainda não querer acreditar que o resultado de todo este caso “não seja a demissão da directora regional”.

“Não é normal a suspensão por delito de opinião que é, evidentemente, o que aconteceu neste caso”, corroborou a deputada do BE Mariana Aiveca, “O culto do chefe, ou do pequeno grande líder, pode ser



democrata, Luís Marques Guedes, que classificou a situação como “absolutamente intolerável”.

“Esta actuação persecutória ressuscita o delito de opinião, premeia a bufaria cobarde e tresanda a retaliação mesquinha”, acusou Marques Guedes, considerando que se está perante um “comportamento próprio do antigo regime”.

Contudo, acrescentou Marques Guedes, a responsabilidade por esta situação não é apenas da “obscura” directora regional de Educação do Norte, mas também do executivo socialista.

“A responsabilidade política é do Governo. Um Governo que alimenta este clima claustrofóbico, que legitima, pelo seu silêncio, esta atitude inqualificável de perseguição da liberdade individual de expressão”, salientou.

Por isso, continuou o líder da bancada social-democrata, se o primeiro-ministro e a ministra da

normal numa ditadura, mas será sempre inaceitável num país que vive em democracia há 34 anos”, acrescentou a deputada do BE.

Em resposta aos pedidos de esclarecimentos dos partidos acerca da sua intervenção, o líder parlamentar social-democrata voltou a deixar críticas ao silêncio do Governo, comparando a atitude do executivo liderado por José Sócrates a Pôncio Pilatos.

“A atitude do Governo é de Pilatos. Acha que pode lavar as mãos quando tudo se está a passar”, salientou.

Entretanto, ainda na quarta-feira, Fernando Charrua falou pela primeira vez publicamente sobre a sua suspensão, negando as acusações de que é alvo e sustentando que se limitou a produzir uma piada indirecta, a um colega de trabalho e em privado, sem testemunhas – dizendo, implicitamente ter havido “bufaria”.

– Fonte: Povo Livre, GP/PSD



Vashe zdorovie!

Ricardo Rio (*)

Enquanto a maioria dos Portugueses despertava para mais uma Terça-feira de trabalho, o Primeiro-Ministro Português teria já discursado no Conselho Empresarial da Câmara de Comércio e estaria na audiência com o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, com quem foi almoçar de seguida.

Foi este o último acto oficial da visita de três dias de José Sócrates a Moscovo, no decurso da qual o Primeiro-Ministro terá tentado aproximar os pontos de vista da Federação Russa e da União Europeia (UE) e estimular as relações económicas entre os dois Países.

Curiosamente, se o relacionamento entre a UE e a Rússia não está a atravessar um dos seus períodos mais brilhantes do historial recente, as trocas económicas entre Portugal e a Rússia têm registado um crescimento sustentado, posicionando-se, porém, aquém do potencial que a Federação Russa representa para uma economia como a nossa.

Ao nível das trocas comerciais, o saldo tem sido francamente desfavorável para o nosso País, tendo-se registado um défice recorde no ano de 2004, na ordem dos 563 milhões de Euros. Para esta situação muito contribui o desequilibrado perfil das trocas existente, que revela que Portugal é um forte importador de petróleo da Federação Russa, enquanto se limita a exportar para este País bens com menor valor acrescentado, como a cortiça ou o calçado.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), nos primeiros nove meses de 2006, e relativamente ao período homólogo de 2005, verificou-se um aumento de 62% das exportações portuguesas para a Rússia, enquanto as importações registaram um acréscimo mais acentuado, da ordem dos 91%, tendo a factura das importações de petróleo ascendido aos 446 milhões de Euros.

Em termos percentuais, novamente de acordo com os dados do INE, a Rússia foi o 35º cliente de Portugal (19º no contexto extra-UE), com uma quota de 0,27% do total exportado, e o 18º fornecedor, com uma quota de 0,79% do total das importações, ao longo do ano de 2005. Os valores terão subido ligeiramente no ano passado.

Em sentido contrário, segundo dados compilados pelo ICEP – Instituto do Comércio Externo Português, Portugal ocupava em 2005 a 66ª posição enquanto fornecedor da Rússia, com uma quota de 0,1%, face aos 0,05% de 2001.

A outros níveis, se o Investimento directo da Rússia em Portugal é manifestamente insignificante, com uma média anual, entre 2001 e 2005, de menos de 200 mil euros de investimento bruto, a Rússia tem vindo a assumir importância crescente enquanto país de origem dos turistas que visitam o nosso País (em 2005, posicionava-se no 19º lugar no ranking do número de dormidas de estrangeiros no sector hoteleiro nacional).



Neste domínio, e se olharmos para os países da Europa Central e Oriental, a Rússia ocupa tradicionalmente a primeira posição enquanto emissor de turistas para Portugal, seguida da Polónia, República Checa e Hungria, e ainda com elevado potencial de crescimento.

A juntar a estes indicadores, não nos podemos também esquecer que a comunidade russa em Portugal ascende já aos 8.500 cidadãos, nas mais diversas esferas da actividade económica.

Antes desta visita do Primeiro-Ministro à Rússia, são igualmente de assinalar a primeira vinda de um Chefe de Estado Russo ao nosso País, em Novembro de 2004, e a visita do Ministro da Economia e Inovação à Federação Russa, em Outubro de 2005.

Em todas estas circunstâncias, foram recíprocas as manifestações de intenções de promover as relações económicas, comerciais e de investimento entre os dois Países, desiderato que motivou mesmo a criação de uma Comissão Mista para a Cooperação Económica, Industrial e Técnica entre a República Portuguesa e a Federação Russa.

Na sequência da 3ª Sessão desta Comissão, que teve lugar em 27 de Fevereiro último, foram tornados públicos ecos dos progressos evidenciados pelos Grupos de Trabalho sobre “Construção Naval e Pesca” e “Tecnologias e Inovação”, numa altura em que o desenvolvimento de parcerias e a cooperação nos domínios da moda, têxteis-lar, mobiliário, materiais de construção, tecnologias de informação, produtos farmacêuticos, materiais de transporte, moldes, construção civil e obras públicas, produtos alimentares e vinho, energia, indústria aeronáutica, construção naval, ciência, pesca, turismo, protecção do ambiente e cosmos foi assinalado como o principal factor de fortalecimento das relações económicas e comerciais para o futuro próximo.

A Rússia que José Sócrates visitou encontra-se numa fase de significativo crescimento económico, que se seguiu ao colapso de 1998 – um período de inflação galopante e de sucessivas desvalorizações do rublo.

Ao longo dos últimos anos, o crescimento real do PIB ultrapassou sempre os 6,4% anuais, com um elevado contributo do consumo e do investimento privados (com taxas de crescimento anuais superiores aos 10%), à medida que a inflação e a taxa de desemprego registavam um decréscimo consistente para, respectivamente, os 9,7% e os 7% em 2006.

Também o comércio externo tem assumido papel preponderante neste período de expansão, uma vez que a Rússia dispõe de matérias-primas abundantes (com destaque para o petróleo e o gás natural) e não tem negligenciado a sua vocação exportadora.

Apesar do peso ainda significativo da economia informal, das condições sociais insuficientes para uma franja significativa da população (resquícios da época de planeamento centralizado) e do atraso na concretização de certas reformas estruturais, a Rússia é hoje um dos países com maior potencial de crescimento no horizonte.

E, se esta notícia não se saldar – como tem acontecido neste Governo – por umas colheradas de bom caviar e uns decilitros de vodka genuína, deglutidos pela comitiva; e se não ficar marcada por uma das inimitáveis asneiras de tipo “chinês” – se soubermos aproveitar o nosso quinhão no progresso que aí vem, poderemos também brindar: Vashe zdorovie!

– (*) Economista, presidente da CPS /PSD-Braga



Notícias da campanha de Fernando Negrão

O candidato do PSD defende um debate mais aprofundado sobre o novo aeroporto de Lisboa



O candidato do PSD à Câmara de Lisboa entende que o pedido do Presidente da República para a realização de um debate aprofundado sobre o novo aeroporto de Lisboa confirma a necessidade de ser reequacionada a estratégia do assunto. «É uma mensagem da maior importância», afirmou Fernando Negrão, no final de uma visita ao Lisboa Ginásio Clube, sexta-feira passada.

Fernando Negrão considera o que as afirmações do chefe de Estado são de grande interesse, principalmente para os lisboetas.

Contudo, alertou o candidato, «não se podem fazer debates na Assembleia da República condicionados pela maioria».

Fernando Negrão referiu-se ainda ao recuo do candidato socialista, que na quinta-feira convidava o Governo a ouvir «toda a gente, incluindo a

cidade» sobre a construção do novo aeroporto. «António Costa sentiu a necessidade de se demarcar do Governo», sublinhou Fernando Negrão.

Negrão defende o rejuvenescimento da Baixa de Lisboa

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa manifestou intenção em impulsionar o rejuvenescimento da zona da Baixa da capital. «Podemos fazer mais obras, mas se as pessoas não estiverem lá, não vale de nada», afirmou Fernando Negrão, durante uma visita a uma residência universitária localizada na Baixa lisboeta, quarta-feira.

Advogando a aposta no mercado do arrendamento, o candidato do PSD defendeu a necessidade de levar mais jovens para a zona da Baixa,

insistindo que «o factor humano é essencial para uma cidade viva».

Na visita que realizou a uma residência universitária situada na Rua do Comércio, Fernando Negrão cruzou-se com dois alunos, que ensaiavam música. A coincidência de se tratarem de dois estudantes oriundos de Moçambique e Brasil, fez Fernando Negrão realçar o que considerou ser «um bom exemplo de diversidade cultural».

O candidato do PSD apelou ainda ao Governo para que as obras do metropolitano no Terreiro do Paço acabem o mais depressa possível. «É com enorme desgosto que os lisboetas assistem ao prolongamento das obras há já sete anos», assinalou o candidato, apontando as obras do Terreiro do Paço «como um elemento perturbador da harmonia de uma das praças mais bonitas da Europa».

Ferreira Leite mandatária de Negrão por «sentido de dever»

Manuela Ferreira Leite confirmou na terça-feira da semana passada, que aceitou ser mandatária da lista de candidatura de Fernando Negrão «por sentido de dever em relação ao PSD».

«Senti-me no dever de ajudar o partido na medida em que for possível e possa ser positivo. Faço-o por sentido de dever ao partido e com gosto», divulgou a ex-ministra das Finanças, no final de um almoço com o candidato do PSD, em Lisboa.

Manuela Ferreira Leite enalteceu

ainda o perfil, conduta e passado de Fernando Negrão, razões que motivaram a sua confiança no apoio à candidatura.

Neste almoço, o candidato do PSD assegurou fazer uma campanha «no terreno, junto das pessoas e junto dos problemas dos lisboetas».

Fernando Negrão elogia trabalho da Juventude Musical Portuguesa

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa elogiou o trabalho feito pela Juventude Musical Portuguesa, depois de uma visita a esta instituição, fundada em 1948, e onde são ministrados cursos musicais. Fernando Negrão considera que a existência desta instituição mostra que há uma estreita «ligação entre a música e a juventude». «A sua localização [junto aos Restauradores] mostra que há vida na Baixa e possibilidades de ampliar esta vida», destacou Fernando Negrão.

Entretanto, o candidato garantiu que irá apresentar, a curto prazo, a lista dos candidatos às eleições de 15 de Julho. «Fizemos uma mistura entre quem não estava no anterior executivo e quem estava. Nos primeiros dez nomes, a maioria tem experiência autárquica. Temos uma equipa que será com certeza uma equipa coesa e que tem experiência autárquica», anunciou. -

– Fonte: Gab. Imp. Cand. FN





Intervenção sobre o regime geral das contra ordenações no âmbito da transposição de várias Directivas

Deputado António Preto
Assembleia da República, 25 de Maio de 2007

(...)
Como consequência da globalização da economia e dos sistemas financeiros surgiu uma forte indústria dos serviços financeiros.

O rápido crescimento e o cariz trans-territorial dessa indústria de serviços financeiros e a desadequação ou mesmo ausência de instrumentos normativos esteve na origem más práticas, nunca sancionadas como o caso do fundo de pensões do Grupo Maxwell em Inglaterra, ou os escândalos da Enron e da Worldcom.

Daí que com o “ Cadbury Report “ de 1992, mais tarde complementado pelos relatórios Greenbury, Hampel e pelo Combined Code, bem como com os “ princípios de governo de empresas “ (principles of corporate governance), propostos pelo American Law Institut, se tenha iniciado um afã regulamentador assente na trilogia Informação, transparência e responsabilidade.

Muita dessa regulamentação nasceu de uma elevada incorporação técnica de um mundo profissional que se auto - regulou e que produziu conteúdos normativos que as instâncias formais se limitaram a legitimar.

Mas o denso corpo normativo que a actividade financeira e económica segregaram necessita da intervenção legitimadora das instituições.

Até porque nos Estados Democráticos a “ lex mercatória “ não pode sem a mediação das instituições legiferantes invadir as áreas da regulação sancionatória, nem tão pouco interferir na própria conformação da previsão das normas penais.

A presente iniciativa legislativa tendo como parâmetro a trilogia informação, transparência e responsabilidade da corporate governance, visa habilitar o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações, no que respeita:

a) à harmonização dos requisitos em matéria de organização e às condições de exercício da actividade das empresas de investimento;

b) à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Para além disso, o Governo

pretende legislar no sentido de estabelecer limites ao exercício das actividades de consultadoria para o investimento.

Com esse intuito o Governo propõe-se alterar o Código dos Valores Mobiliários, o regime jurídico das sociedades gestoras de mercados e sistemas, o regime jurídico das sociedades de consultadoria para o Investimento.

Cabe aqui especial relevo no âmbito das normas de conduta aplicáveis a intermediários



financeiros, ao novo regime de execução de ordens, fazendo-se impender sobre o intermediário financeiro tanto o dever de adoptar uma política de execução de ordens, como o ónus de demonstrar que executou as ordens de um dado investidor de acordo com a melhor execução.

Por sua vez as sociedades de consultadoria para o investimento deverão ficar sujeitas a um regime de autorização prévia.

(...)

Intervenção sobre as injustiças sociais no emprego e nos direitos sociais dos trabalhadores

Deputado Arménio Santos
Assembleia da República, 23 de Maio de 2007



(...)

As injustiças sociais no emprego e nos direitos sociais dos trabalhadores são por demais evidentes, porque a expressão da maior injustiça social que pode existir, é o desemprego. E este, o desemprego, é hoje o mais elevado dos últimos 22 anos.

Temos meio milhão de desempregados, 8,4%, que colocam Portugal, pela primeira vez desde que aderiu à Comunidade Europeia, acima da média do desemprego comunitário.

Temos uma política de emprego que aprofunda a **precariedade das relações de trabalho**.

Temos o **desemprego dos jovens e de jovens licenciados** sempre a subir, o que os impede de organizarem a sua vida familiar e de encararem o futuro com esperança.

Temos de **volta o fenómeno da**

emigração dos trabalhadores portugueses, típico dos tempos da ditadura - 145 mil emigraram nos dois últimos anos 2005/06, por falta de emprego em Portugal (e hoje, só em Espanha trabalham 75 mil).

Temos as reformas que o governo se propôs realizar com muito foguetório, designadamente na **Administração Pública**, mas que só têm conduzido à instabilidade e ao medo nesses sectores, sem quaisquer melhorias dos serviços públicos prestados aos utentes.

Temos também, pasme-se, os locais de trabalho sujeitos a um insuportável controleirismo, que supúnhamos não poder acontecer em democracia, onde as pessoas são suspensas e sujeitas a um processo disciplinar, por emitirem um simples comentário irónico ou uma piada acerca de um governante.

Temos um novo modelo de controlo dos funcionários públicos que fazem greve, criando dúvidas se os zelosos seguidores do governo não vão utilizar esses dados para se vingarem dos trabalhadores que paralisem, elegendo-os como alvo de perseguição futura.

Temos, infelizmente, um clima de relações laborais pouco saudável. O governo PS capricha em dar sinais errados, em dar maus exemplos, em criar um mau ambiente nas relações de trabalho onde é entidade patronal.

Temos uma **política fiscal hostil ao emprego e à competitividade das empresas**. Exemplo disso, Portugal tem um IVA de 21%, um dos mais elevados da Europa, enquanto a vizinha Espanha tem um IVA de 16%,

um dos mais baixos da Europa. Portugal tem uma das gasolinas mais caras do mundo (1,66 dólares), enquanto a Espanha tem uma das gasolinas mais baixas da Europa (1,15 dólares). Resultado, o ano passado Portugal cresceu 1,3%, a Espanha cresceu 3,8%.

Temos uma política económica que só nos últimos dois anos, conduziu à **falência e encerramento de 48.500 micro e pequenas empresas** e, daí também, a continuada subida do desemprego.

Temos de recuar ao ano de 1984 e ao tempo em que a inflação se situava nos 25%, para haver uma **perda de poder de compra** dos portugueses como a registada no ano passado.

Temos uma sociedade com **gritantes desigualdades sociais**, em que cada ano que passa, os portugueses estão mais pobres, mais endividados, mais distantes do nível de vida dos europeus.

Para o PSD, **o rumo que o País está a seguir causa a maior preocupação**, porque cada ano que passa estamos mais longe do desenvolvimento médio europeu e não nos parece que seja esse o caminho certo para relançar a economia, sem a qual não se responde à questão central, que é criar mais riqueza e criar mais emprego de qualidade e com direitos sociais.

É neste quadro que pergunto ao Sr. Ministro se não acha que o governo está a ir longe demais nos tiques de autoritarismo e não seria mais sensato e mobilizador contribuir para um clima de confiança dos empresários e de respeito pela dignidade de quem trabalha.

Intervenção na interpelação ao Governo sobre Políticas Sociais

Deputado Feliciano Barreiras Duarte
Assembleia da República, 23 de Maio de 2007

(...)

Dois anos depois de José Sócrates, o seu Governo e o Partido Socialista estarem a conduzir os destinos de Portugal e dos portugueses (na prática nos últimos 12 anos o Partido Socialista governou o país nove anos) é de elemental responsabilidade, que se faça o balanço dos resultados dessa governação. Sem cerimónias.

(...)

Para além das avaliações gerais sustentadas em factos e em números inquestionáveis nuns casos e questionáveis noutros (como é o caso da manipulação estatística do desemprego), importa e faz todo o sentido acima de tudo que se coloque uma pergunta muito concreta.

A saber – as pessoas, as famílias e as instituições públicas e privadas vivem hoje melhor ou pior do que há 2 anos atrás?

Sem rodeios o país interioriza a cada dia que passa que são cada vez mais os portugueses e as portuguesas que vivem pior do que há dois anos atrás viviam.

(...)

Vivem pior. Porque têm mais dificuldades no presente e muitas mais incertezas e receios em relação ao futuro. Os homens e mulheres de várias idades e condições sociais sabem-no bem. É falar com eles. É ouvi-los. É percebê-los. Com a governação socialista pagam 2 anos depois, mais impostos, mais crédito à habitação, mais água, mais electricidade, mais transporte, mais saúde, mais portagens, mais combustíveis, mais medicamentos e têm muito mais despesas e todos os dias assistem e sentem na pele o aumento estonteante do desemprego de norte a sul de Portugal.

E Senhoras e Senhores Deputados

E as empresas? Com as empresas acontece a mesma coisa com a agravante que cada vez estão mais asfíxiadas com o cerco fiscal e da segurança social e não tem os apoios devidos para a sua internacionalização para ganharem novos mercados e oportunidades de negócio.

(...)

O desemprego atingiu com a governação socialista proporções de catástrofe social. Repito catástrofe social.

Atinge actualmente níveis que nunca tinha atingido nos últimos 20 anos. O Boletim da Primavera do Banco de Portugal alertou para o mau desempenho do mercado do trabalho extremamente rígido, nocivo para a produtividade e onde o desemprego de longa duração sobe consideravelmente. O número de desempregados cresceu 108% e passou de 205 mil no ano de 2000 para mais de 428 mil no final de 2006 (uma taxa de 8,2%) que é a mais



alta dos últimos 20 anos, e que representa 445 portugueses por dia que ficaram sem emprego. O número de desempregados licenciados subiu mais de 200% nos últimos 10 anos. A taxa de desemprego estimada para o primeiro trimestre de 2007 foi de 8,4%, mais 0,7 pontos percentuais que no mesmo período do ano passado. Quando comparado com o último trimestre do ano passado, a taxa de desemprego sofreu um acréscimo de 0,2 pontos percentuais, pelo terceiro trimestre consecutivo. A população desempregada foi estimada em 469,9 mil indivíduos, o que traduz um acréscimo homólogo de 9,4% (40,2 mil indivíduos) e um crescimento trimestral de 2,5% (11,3 mil indivíduos).

As principais razões para estes números prendem-se com um desajustamento entre os empregos procurados e os oferecidos. É esta realidade que o Governo demora a compreender. Não apresenta políticas concretas de emprego. Por isso há que criar medidas de incentivo específicas à contratação de trabalhadores, especialmente os de longa duração, e a implementação de políticas activas de criação do próprio emprego.

Deve-se apostar na qualificação e na formação profissional, porque faltam no mercado do trabalho pessoas com formação técnica adequada às exigências da procura. Por outro lado começaram a aparecer os salários em atraso. A Inspeção-Geral do Trabalho detectou no ano passado mais de 10,6 milhões de euros de salários em atraso, o que representa um aumento de quatro milhões de euros face a 2005.

A somar a tudo isto temos os elevados níveis de emigração de portugueses que se têm vindo a acentuar nos últimos anos (dezenas de milhares de pessoas partem todos os anos para procurar emprego fora de Portugal).

Mas não é só no capítulo do desemprego que quase tudo se tem agravado.

Tem sido também na diminuição do apoio aos deficientes, na protecção

de menores, na ausência de uma efectiva política da família, etc, etc.

E nos níveis globais da pobreza as coisas ainda estão pior.

A taxa de pobreza em Portugal tem vindo a aumentar.

Portugal é o país da União Europeia com menos justiça social segundo o relatório da Comissão Europeia sobre protecção e exclusão social 2007. A taxa de risco de pobreza após transferências sociais e as desigualdades na distribuição dos rendimentos são das mais elevadas da União Europeia (20 contra 16 %).

Crianças e idosos são as categorias da população mais expostas ao risco de pobreza (28% contra 19% na U.E.)

Dois outros indicadores, desta feita sobre educação, também colocam o país muito abaixo da média da U.E: a taxa de abandono escolar precoce, que continua extremamente elevada 38,6% e os níveis de escolaridade dos jovens que registam valores muito baixos 48,4%.

O relatório prevê que Portugal enfrentará nas próximas décadas um envelhecimento demográfico mais acelerado do que a maioria dos Estados-Membros.

O rácio de dependência dos idosos deverá aumentar de 25,2% em 2004 para 58,1% em 2050.

No capítulo da inclusão social a economia é descrita como estruturalmente débil, com um modelo de desenvolvimento assente em actividades não especializadas e de mão-de-obra intensiva, que proporcionam baixos salários e empregos de pouca qualidade o que induz baixos níveis de produtividade e um elevado número de trabalhadores pobres, 11,4% em 2003.

Um quinto dos portugueses vive no limiar da pobreza. Isto significa 20% da população.

O nosso país continua a ser dos piores, na União Europeia, com níveis de desigualdade. Portugal tem níveis de pobreza muito acima da média europeia (20% contra 16% respectivamente). Destes dados resulta que a aplicação de verbas para apoio social não tem em Portugal os mesmos resultados que na Europa no que respeita ao combate à pobreza. Este facto foi aliás realçado pelo Senhor Presidente da República aquando do seu roteiro para a inclusão. Ao apresentar o Plano Nacional para a Inclusão o Governo anunciou uma dotação de 168,5 milhões de euros; como está a ser aplicado esse dinheiro e com que eficácia?

(...)

Isto acontece á revelia e em contradição total com o que o Sr. Primeiro Ministro e o Partido Socialista prometeram em campanha eleitoral.



É que governar quase só com base nas sondagens é um erro demasiado grave que mais cedo ou mais tarde os portugueses não perdoarão.

Nós sabemos o quanto enerva, irrita e quase faz perder a cabeça aos socialistas quando se recordam algumas dessas promessas:

- Mais 150 mil postos de trabalho (qualquer dia para a cumprirmos têm de criar é 200 mil!).

(...)

Os senhores **em campanha prometeram o paraíso. Na governação enchem o inferno com portugueses e mais portugueses.**

Não há desculpas que escondam a verdade.

Mesmo o Senhor Ministro Vieira da Silva perdeu. Já não é o mesmo José Vieira da Silva da oposição (refinou-se em propaganda há que o reconhecer).

Longe vão os tempos em que o Senhor dizia aqui nesta casa coisas como estas:

(...)

Estamos hoje a iniciar um processo, que é um processo contínuo, de avaliação do programa do Governo. Mas atenção, depois de 27 meses de políticas erradas, de compromissos falhados e de promessas enterradas no esquecimento, o Governo tem hoje aqui não uma espécie de 2ª chamada mas antes, uma espécie de 2ª frequência. Mas esta é uma 2ª frequência a que o Governo da maioria chega com várias notas averbadas na cademeta. O Governo desta maioria é o Governo do mais rápido crescimento do desemprego da União Europeia.

O Governo desta maioria parlamentar é o Governo da desorganização dos Ministérios, da incompetência na organização dos serviços públicos essenciais, do agravamento das desigualdades sociais e do recuo generalizado da qualidade de vida dos mais pobres e da classe média”

- Ó Senhor Ministro quase todos nós hoje poderemos dizer o mesmo de si e do seu Governo. Afinal em 2004 perdeu a oportunidade de ficar calado.

(...)

“Assim e tendo em conta que os trabalhadores portugueses já viram, por dois anos consecutivos, afectado o seu poder real de compra, parece-nos haver condições para que o Governo possa ponderar, com carácter muito excepcional e em resultado do que atrás afirmamos, um aumento intercalar do salário mínimo nacional”.

(...)

... nos últimos 12 anos os senhores governaram o país 9 anos! 9 anos! Veja-se nesta área como noutras o que aconteceu com a vossa governação. As pessoas vivem muito pior.



Em declaração política, o Presidente do GP/PSD, acusou o Governo socialista de estar com tiques autoritários e censórios.

Deputado Luís Marques Guedes
Assembleia da República, 24 de Maio de 07

Já denunciámos aqui, na Sessão Solene do 25 de Abril, o clima de **claustrofobia democrática que actualmente se vive em Portugal**. Um clima de claustrofobia que é alimentado por um ambiente de intimidação, um espírito de perseguição, uma atmosfera de condicionamento e de medo que a maioria socialista e o governo vêm fazendo descer sobre a sociedade Portuguesa.

Todo este clima tem na base um propósito. **O propósito de concentrar o poder, de acumular mais poder e de controlar todo o poder.**

Este propósito não é de agora. Para quem acompanha a vida política com atenção, esta é uma estratégia perceptível há vários meses. O que há de novo é que, à medida que se degrada a imagem do Governo e os Portugueses mais começam a sentir os efeitos nefastos da governação, esta **pulsão controladora agrava-se e a claustrofobia torna-se mais espessa.**

Este governo convive mal com a crítica e com as opiniões que dele divergem. É um Governo com tiques autoritários e censórios.

E isso tende a ser tão mais visível quanto as coisas lhe não correm de feição.

O desemprego cresce de forma brutal e nunca vista - ao contrário do que tinha sido prometido - o Governo inquieta-se e o Primeiro-Ministro apaga-se e desaparece.

O poder de compra das pessoas e das famílias regista a maior baixa das últimas décadas - suscitando indignação e revolta - o Governo menospreza as dificuldades e o Primeiro-Ministro assobia para o alto.

A Europa cresce aos ritmos mais elevados desde o início da década e Portugal não consegue acompanhar - fica na cauda, atrasa-se, cresce muito menos que os seus parceiros - o Governo mistifica os números e o Primeiro-Ministro vende ilusões.

É neste caldo, perverso, que a claustrofobia alastra, condiciona e diminui.

Nos últimos dias, os casos sucederam-se. Há três casos, graves, que merecem a nossa denúncia firme.

O primeiro, sucedeu na Direcção Regional de Educação do Norte. Um professor foi suspenso das suas funções por um comentário acerca do percurso académico do Primeiro-Ministro.



Que o Primeiro-Ministro nunca disfarçou a sua incomodidade na polémica em torno da sua licenciatura, já todo o País sabia.

Mas que se chegue agora ao ponto de perseguir e punir um funcionário do Estado por, interna e não publicamente, exprimir um comentário sobre o assunto, é absolutamente intolerável.

Chamemos as coisas pelos nomes.

Esta actuação persecutória **ressuscita o delito de opinião, premeia a bufaria cobarde e tresanda a retaliação mesquinha.**

É um comportamento próprio do antigo regime.

Mas, Senhores Deputados, a responsabilidade não é só da obscura Directora Regional de Educação. **A responsabilidade política é do Governo. Um Governo que alimenta este clima claustrofóbico, que legítima, pelo seu silêncio, esta atitude inqualificável de perseguição da liberdade individual de expressão.**

Vem agora o Governo, pela dimensão que o caso entretanto assumiu, tentar sacudir a água do capote e fazer de conta que nem concorda com o triste episódio.

Pois bem! Se o Primeiro-Ministro e a Ministra da Educação querem que os levemos a sério, **ponham na rua a Directora Regional e determinem a imediata readmissão do professor.**

É que **se não o fizerem, estão a chorar lágrimas de crocodilo e a ser cúmplices desta infâmia.**

O segundo caso, ocorrido no final da semana passada, tem a ver com as greves na Função Pública.

Com o pretexto de querer conhecer os números das greves, o Governo quer agora montar um

rigoroso esquema de controlo de quem faz ou não faz greve. **Tudo, com o intuito de intimidar e inibir.** No limite, com o propósito de perseguir na avaliação ou até ameaçar com a passagem ao quadro de excedentes, os funcionários que ousem fazer greve.

Ora, a questão é esta. **Pode-se concordar ou discordar de uma greve, mas não se pode condicioná-la ou proibi-la.** A greve é um direito constitucional. É um activo de uma sociedade tolerante e democrática.

Este esquema do Governo, releve de uma concepção arbitrária e intimidatória do exercício do poder, própria de quem se acha no direito de controlar quem pensa de forma diferente e quem livremente entende manifestar e exprimir essa diferença.

É uma atitude profundamente totalitária, **típica de um Estado policial**, que só pode merecer a nossa firme denúncia e censura.

O terceiro caso, tem a ver com a escolha do Dr. Rui Pereira para Ministro da Administração Interna.

A nomeação como ministro de uma pessoa que um mês e meio antes havia sido designada para Juiz do Tribunal Constitucional, evidencia duas atitudes lamentáveis:

- Primeiro, o comportamento do Dr. Rui Pereira, que não soube honrar o compromisso que assumiu ao aceitar ser Juiz do Tribunal Constitucional. O Dr. Rui Pereira **comportou-se como um Comissário Político**, desdignificando-se na sua ética de responsabilidade e desprestigiando este Tribunal superior.

- Em segundo lugar, mais grave, o comportamento do Primeiro-Ministro ao fazer a escolha que fez. O Primeiro-Ministro **demonstrou uma total falta de respeito por esta**

Assembleia. Porque foi esta Assembleia que elegeu, por uma maioria qualificada, os Juizes do Tribunal Constitucional para um mandato especialmente dilatado no tempo.

Mas o Primeiro-Ministro também **desprezou o estatuto singular do Tribunal Constitucional.** Um Tribunal não é uma repartição pública, não é uma direcção-geral. O Tribunal Constitucional é mesmo a mais alta instância jurisdiccional do Estado. E os Juizes do Tribunal Constitucional são escolhidos - exactamente por isso, por uma especialíssima maioria de dois terços - com vista a garantir uma particular estabilidade no seu mandato. Não para o exercício intermitente do cargo, em função de critérios políticos, de dificuldades de conjuntura ou humores de ocasião, de quem acha, à frente do Governo, poder dispor do Estado e instrumentalizar as Instituições.

Aqui fica o nosso veemente protesto e profundo repúdio.

(...)

Estes três casos, todos recentes, todos lamentáveis, têm um ponto em comum - eles são a expressão acabada do estilo de **um Governo que confunde maioria absoluta com poder absoluto. De um Primeiro-Ministro que confunde legitimidade para governar com o direito de tudo e todos controlar.**

As inacreditáveis declarações, de ontem, do Ministro das Obras Públicas, são o corolário disto mesmo.

É que independentemente de o Ministro já não parecer estar no seu perfeito juízo, o que está por detrás dos seus insultos são a arrogância, o autismo e o desespero de que o Governo e o Primeiro-Ministro cada vez mais dão mostras no caso Ota.

Quem assim actua não exhibe força. Mostra fraqueza.

A fraqueza de quem não respeita nada nem ninguém.

A fraqueza de quem é indiferente perante os direitos das pessoas e a dignidade das instituições.

A fraqueza de quem quer, a todo o custo, camuflar a falta de resultados da governação.

A fraqueza de quem perdeu, ou jogou fora, o sentido de Estado que se exige do exercício do poder numa democracia moderna e civilizada.

(...)

Deputado Miguel Santos
Assembleia da República, 23 de Maio de 2007



(...)

No que respeita ao desemprego, há 1 ano que o PSD vem alertando V.^a Ex.^a para o erro que tem sido a política prosseguida, uma política de negação dos dados do desemprego e, nesses momentos, V.^a Ex.^a sempre parodiou os nossos alertas, negando a situação calamitosa que o desemprego representa para os portugueses. O PSD alertou V.^a Ex.^a para o desemprego que, infelizmente, não estava a decrescer e que o Governo promovia um aproveitamento político da descida artificial do desemprego. O INE esclarece o que o PSD vem alertando, ou seja, que o desemprego não só não estabilizou, como aumentou para 8,4%.

O Boletim da Primavera do Banco de Portugal alertou para o mau desempenho do mercado do trabalho "extremamente rígido, nocivo para a produtividade e onde o desemprego de longa duração sobe consideravelmente". O número de desempregados cresceu para mais de 428 mil no final de 2006, uma taxa de 8,2%, a mais alta dos últimos 20 anos. A taxa de desemprego estimada para o primeiro trimestre de 2007 é de 8,4%, mais 0,7 pontos percentuais que no mesmo período do ano passado, o que representa 470.000 pessoas desempregadas.

As principais razões para esta realidade prendem-se com um desajustamento entre a oferta e a procura. É esta realidade que o governo demora a compreender, não apresentando políticas concretas e activas de emprego.

Há necessidade de proceder a um ajustamento entre a oferta e a procura, o que passa por uma maior aproximação dos Centros de Emprego ao tecido empresarial. Os técnicos dos Centros de Emprego, ao invés de permanecerem sentados às secretárias e despenderem o seu tempo a martelar números e estatísticas, têm de visitar as empresas, promovendo a inserção dos desempregados.

Portugal tem de apostar na qualificação e na formação profissional. Faltam no mercado do trabalho pessoas com formação técnica adequada às exigências da procura. A melhoria da qualidade do trabalho depende dos progressos conseguidos no desenvolvimento de novas competências, ou seja, de qualificações adequadas. A promoção da empregabilidade e da adaptabilidade, através da formação, constitui um dos pilares das políticas de emprego.



A falta de qualificação da maioria dos portugueses merecia, da parte do Governo, uma atenção muito especial e uma aposta forte na formação profissional, na educação e qualificação dos Recursos Humanos.

Apesar do esforço propagandístico do Governo, já o relatório do OE 2007 ditava e cito "prevê-se que a despesa com acções de formação profissional, em 2007, se situe em 859,7 milhões de euros, dos quais a parcela financiada pelo Fundo Social Europeu seja de 695,7 milhões de euros, correspondendo a decréscimos, relativamente a 2006, de 13,4% e 6,7%, respectivamente. No que respeita à componente pública nacional, esta atinge o montante de 164,1 milhões de euros, evidenciando uma diminuição de 33,7%, relativamente à execução de 2006..." , fim de citação. Ou seja, apesar da propaganda, os documentos oficiais não escondem um claro desinvestimento na formação e qualificação dos portugueses.

Pior, muito pior do que o desinvestimento na formação, essencial ao desenvolvimento do mercado de trabalho, à diminuição do desemprego e ao aumento de produtividade do nosso tecido empresarial, é o que está a acontecer por todo o país nas estruturas formativas. O QREN foi entregue em Bruxelas tarde, muito tarde. As entidades formativas têm os projectos parados, aguardando os financiamentos para avançar com as

acções de formação.

Preveno esta calamidade, V.^a

Ex.^a fez incluir, no OE 2007, a contratação de um empréstimo de 260 milhões de euros, de forma a tapar, mais uma vez, a lacuna que V.^a Ex.^a criou.

Sr. Ministro, o empréstimo já foi contratado?

Quando irão as entidades formativas ter acesso a financiamentos que permitam iniciar as acções de formação e qualificação dos portugueses?

Sr. Ministro, V.^a Ex.^a tem consciência que o país perdeu um 1 ano, em virtude do atraso provocado pelo Governo na entrega da proposta de execução do QREN?

Espero, sinceramente, que V.^a Ex.^a se aperceba do imobilismo que caracteriza o seu Ministério, das consequências malélicas que advêm para os portugueses.

Tenha consciência que ou arrepia caminho e coloca o seu Ministério a funcionar ou ficará, efectivamente, conhecido para a história como o campeão do desemprego.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 30 DE MAIO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento potestativo, requerido pelo PSD

Projecto de Lei n.º 271/X (PSD)

Lei de autonomia e de gestão das instituições de ensino superior

VOTAÇÕES às 18h00

QUINTA-FEIRA, DIA 31 DE MAIO DE 2007, 15:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate Mensal com o Primeiro-Ministro

SEXTA-FEIRA, DIA 01 DE JUNHO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Projecto de Lei n.º .../X (PS)

Criação de Associações Públicas Profissionais.

Projecto de Resolução n.º 192/X (BE)

Recomenda ao Governo medidas no sentido de prevenir a gravidez na adolescência.

Projecto de Resolução n.º 201/X (PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e PEV)
Defender o montado, valorizar a fileira da cortiça.



Intervenção sobre os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2007/2009

Deputado António Montalvão Machado
Assembleia da República, 25 de Maio de 2007

(...)

Esta proposta de lei surge na sequência da aprovação..., há um ano atrás..., da Lei Quadro da Política Criminal, que determinou a obrigatoriedade de o Governo apresentar... até 15 de Abril deste ano... a primeira proposta de lei sobre política criminal, a qual terá de ser aprovada até 15 de Junho próximo e entrar em vigor em 1 de Setembro.

Estamos, pois, hoje, a debater aquela que virá a ser a primeira «lei sobre política criminal».

Trata-se, sem dúvida, de um importante instrumento, porventura não o único..., destinado a imprimir uma maior eficácia e racionalidade no domínio da justiça criminal.

Sabemos..., todos sabemos..., que é utópico pensar-se que é possível, na prática..., tudo investigar... e que é possível cumprir integralmente o princípio da legalidade sem que se dê margem a algum critério de oportunidade.

Ciente dessa realidade, foi o próprio legislador constitucional quem flexibilizou a subordinação do Ministério Público ao princípio da legalidade no exercício da acção penal ao clarificar..., na revisão constitucional de 1997..., que esse exercício devia passar a ser orientado % **sublinhe-se, orientado** (e não subordinado)% pelo princípio da legalidade, dando, assim, abertura a um módico princípio de oportunidade.

Mas esta alteração constitucional foi acompanhada de uma outra, na qual o PSD desempenhou um importante papel impulsor.

É que assumimos, desde a primeira hora, como fundamental a necessidade de, por um lado, se tornar claro, no texto constitucional..., que a política criminal só pode ser definida pelos órgãos de soberania – Governo e Assembleia da República –, e por outro lado, reconhecer também claramente que o Ministério Público, enquanto promotor do exercício da acção penal, deve participar na execução dessa política criminal definida pelos órgãos de soberania.

Tais desideratos vieram a ser vertidos no actual artigo 219º, n.º 1, da Constituição da República.

Ou seja, foi assumido na revisão constitucional de 1997 que o princípio da legalidade só pode ser posto em



causa..., e com parcimónia..., por uma intervenção política dos órgãos de soberania % Governo e Assembleia da República % por força da sua legitimidade democrática, salvaguardando-se, de modo expresso, a observância da autonomia do Ministério Público.

Naturalmente que, nesta sede..., outros princípios constitucionais têm de ser acautelados, como o de separação de poderes e o da independência dos tribunais.

O Governo tentou implementar este quadro constitucional (saído da revisão de 1997) na Lei Quadro da Política Criminal, embora com diversas *ambiguidades* que o PSD..., na discussão que precedeu à aprovação da lei, apontou e que justificou, então..., a sua abstenção em todas as votações.

Não deve deixar de se reconhecer, porém, % por ser digna de mérito % a importante alteração que o Governo introduziu em relação à lei quadro..., ao deixar cair a forma de “*resolução*”, optando antes, ...como nós também reclamámos..., por um instrumento legislativo..., o que nos deixa de algum modo mais confortados... atenta a possibilidade de a lei que hoje discutimos ser fiscalizada constitucionalmente.

É que a proposta de concretização dos objectivos, prioridades e orientações de política criminal que o Governo agora nos apresenta para o biénio de 2007/2009 não está isenta de lhe poderem ser assacadas

inconstitucionalidades..., mormente por violação da autonomia do Ministério Público e, bem assim, da independência dos tribunais.

De facto, a obrigatoriedade de impugnação, por parte do Ministério Público, das decisões judiciais que não acompanhem as promoções destinadas a prosseguir os objectivos, prioridades ou orientações de política criminal previstos na lei ora em discussão constitui uma medida que não deixa de gerar alguma perplexidade..., sobretudo porque condiciona visivelmente a autonomia de cada magistrado do Ministério Público na avaliação da justiça concreta da decisão judicial.

Foi esta a conclusão que fomos consolidando em resultado das diversas audições que foram levadas a cabo pela 1ª Comissão.

O procurador que promove uma determinada medida pode, na sua avaliação jurídica..., conformar-se com a fundamentação aduzida na decisão judicial que a indefere... e entender, por isso, que não deve recorrer.

Impor-se o recurso como uma obrigação é ferir-se a sua autonomia, é ferir a autonomia do Ministério Público.

Mais, a ameaça do recurso obrigatório constitui também uma condicionante à independência do juiz no momento da decisão, beliscando, nessa medida, o princípio da independência dos tribunais.

Além disso, o recurso obrigatório pode conduzir a uma litigância contra a jurisprudência uniformizada, o que se traduzirá em recursos inúteis e injustificados. Ora, não deixa de ser paradoxal que o mesmo Governo que tem aprovado medidas para descongestionar o sistema judicial venha agora, por via desta medida, contrariar esta sua política. Custa-nos a acreditar!

Este é o aspecto mais gravoso e preocupante nesta proposta de lei.

Não é, porém, o único que nos merece reservas.

Compreendemos a dificuldade, sobretudo por esta ser a primeira

experiência legislativa, em catalogar os crimes de prevenção e de investigação prioritárias, mas queremos parecer excessivo fazer corresponder a estes cerca de 50% da criminalidade participada e investigada.

Este foi, aliás, um ponto comungado por todas as entidades que ouvimos em sede de generalidade, a saber, Conselho Superior do Ministério Público (embora este tivesse sugerido a inclusão do crime de subtração de menores no elenco das prioridades), Ordem dos Advogados e Conselho Superior de Magistratura.

Seria desejável, para uma maior eficácia desta lei, que se procedesse a uma maior selecção do elenco de prioridades de prevenção e investigação.

Não temos nenhuma fórmula mágica, mas estamos disponíveis para participar nesse esforço que nos parece essencial, até porque esta questão prende-se com uma outra, que tem a ver com a afectação dos meios.

Não há reforço orçamental que valha quando quase tudo é prioritário.

De todo o modo julgamos importante que a declaração de princípio assumida pelo Governo, em termos de afectação adequada de meios humanos e materiais, não fique no papel e corresponda a uma efectiva afectação de meios.

Acresce que o excesso de prioridades na investigação, associado à forma como se desenha a intervenção do Ministério Público, de promotor **automático das directivas e instruções genéricas emitidas pelo Procurador-Geral da República, tem o reverso que pode ser perigoso de transformá-los quase exclusivamente em burocratas**, cumprindo ordens superiores.

Não descuramos que a magistratura do Ministério Público é, nos termos constitucionais, hierarquizada.

E é assim que deve ser!

Todavia, a funcionalização que se tenta imprimir ao Ministério Público nesta proposta de lei transcende, do nosso ponto de vista, a questão da hierarquia. É que a funcionalização leva à perda de autonomia e esta não pode, por imperativo constitucional, ser afectada.

A crítica quanto ao excesso de prioridades é de tal ordem pertinente que o próprio Governo sentiu necessidade de destacar, de entre os crimes prioritários, os que têm precedência na prevenção e investigação sobre os demais, isto é, os que são prioritários «*de modo reforçado*». Ou seja, o Governo define quais são crimes prioritários e depois, de dentre estes, os que têm verdadeiramente prioridade – e esses são os que se reportam a actos de violência contra pessoas, associações criminosas e organizações terroristas, meios especialmente perigosos, incluindo armas de fogo, nucleares, químicas e bacteriológicas, e meios especialmente complexos como a informática e a *internet*.

Louvamos a inclusão da corrupção, em ambos os catálogos, isto é, no elenco quer da prevenção, quer da investigação prioritária. Mal se compreenderia que assim não fosse.

O mesmo se diga em relação à violência doméstica, sobretudo depois de saber-se que, segundo o relatório da Amnistia Internacional, a violência doméstica matou pelo menos 39 pessoas em Portugal só no ano de 2006.

Confirmando o Relatório de Segurança Interna esta tendência, ao dizer que também em 2006 houve um aumento de 30% neste tipo de criminalidade.

Merece também o nosso aplauso a questão de o Ministério Público passar a informar os ofendidos, para sua protecção, da fuga e da libertação de arguido, embora nos pareça que esta matéria deverá ser devidamente articulada com aquilo que o Governo propôs em sede de revisão do Código do Processo Penal, para que não haja quaisquer divergências.

Aplaudimos igualmente a tentativa de se ressuscitar, em relação à pequena criminalidade, a aplicação de mecanismos de diversão e consenso, actualmente “*adormecidos*”, por falta de utilização, na lei processual penal.

Há, portanto, aspectos positivos que merecem a nossa concordância.

Todavia, as reservas que apontámos, com especial acuidade à questão do recurso obrigatório, impede-nos, nesta fase, de sufragarmos a proposta apresentada.

Sendo esta a primeira “*lei sobre política criminal*”, estamos certos que o trabalho de especialidade permitirá aperfeiçoamentos dignos de sortir o efeito, que todos esperamos, e os portugueses em particular, de este Parlamento aprovar uma lei com qualidade técnica e justa.

Intervenção sobre a criação de um regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

Deputado Rui Gomes da Silva
Assembleia da República, 24 de Maio de 2007

Há cerca de ano e meio, o Parlamento discutiu o Projecto de Lei n.º 118/X, do qual fui primeiro subscritor, e que visava criar um regime especial de protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

A apresentação desse diploma foi-me imposta por um imperativo ético e decorreu do reconhecimento da existência de uma omissão grave no nosso ordenamento jurídico no que se refere à protecção de crianças e jovens com doença oncológica.

Com efeito, milhares de famílias portuguesas cuja vida é profundamente alterada pelo drama das doenças oncológicas, principalmente nos casos em que estas vitimam os seus membros mais novos, continuam sem apoios específicos, apoios que as podem ajudar decisivamente a minorar os efeitos muito negativos provocados pelo cancro infantil.

Por isso justificava-se uma lei que aumentasse as possibilidades de os pais acompanharem, de uma forma mais presente, o tratamento clínico dos seus filhos, promovendo ainda o equilíbrio psicológico destas crianças e jovens, bem como o seu desenvolvimento educacional.

A discussão ocorrida nesta Câmara em Outubro de 2005, a propósito da iniciativa legislativa então apresentada pelo PSD, distinguiu-se pela elevação dos argumentos aduzidos, pela nobreza dos propósitos proclamados e, também, pelo acerto e pertinência das propostas avançadas pela generalidade dos grupos parlamentares.

Com efeito, todos temos presente o repto lançado pelo Senhor Deputado Bernardino Soares, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, para que houvesse a obrigação de informação aos pais, aos acompanhantes, aos familiares, às próprias crianças e jovens com doença oncológica acerca dos direitos que lhes assistem.

Todos temos guardada na nossa memória a sugestão da Senhora Deputada Teresa Caeiro, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, quando advogou o alargamento do universo dos beneficiários do diploma para os



parentes colaterais, como irmãos ou até não familiares dessas crianças e jovens.

Todos recordamos a exortação da Senhora Deputada Ana Drago, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, para que o limite máximo do subsídio proposto no diploma fosse aumentado para mais de um salário mínimo nacional, de modo a abranger um maior número de núcleos familiares.

Finalmente e não menos decisivo, todos nos congratulámos com os judiciosos conselhos da Senhora Deputada Luísa Salgueiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que abriram caminho para o alargamento do universo dos destinatários do diploma, de 16 para 18 anos.

As oportunas referências que o Partido Socialista fez em matéria laboral, no sentido do alargamento dos direitos das famílias afectadas por este tão grave mal, não podiam também ser ignoradas pelos proponentes da iniciativa.

Foi então grande a esperança com que o PSD ouviu as encorajadoras palavras dos demais grupos parlamentares, em especial, permitam-me, as sugestões certamente construtivas que o Partido Socialista trouxe ao debate.

Porém, grande foi a tristeza e maior a desilusão quando, pouco depois, a actual maioria política resolveu rejeitar, de forma inapelável, o diploma que o PSD apresentara, não permitindo, sequer, que o mesmo baixasse para apreciação na

especialidade.

(...)

Desistir não é uma alternativa admissível quando defendemos questões de princípio.

Desistir não concebemos quando se trata de crianças e jovens que, mercê de um insondável arbitrio da natureza, foram marcados por uma doença cruel e desumana.

Por isso o PSD apresentou novamente um diploma que visa reconhecer uma protecção especial a essas crianças e jovens, bem como às suas famílias.

Não se trata de um diploma novo quanto à sua ideia matriz ou quanto à essência das soluções que preconiza.

Assim, continua a consagrar regras de protecção no trabalho, não abdica da criação de apoios financeiros, nos quais se inclui o subsídio para assistência, e mantém inalterados os mecanismos de apoio educativo e psicológico que se continham no projecto inicial.

Porém, o Projecto de Lei hoje em discussão alargou o âmbito pessoal dos principais beneficiários das medidas de apoio nele previstas a todas as crianças e jovens com idade até 18 anos – como o PS bem sugeriu – e já não só aos menores de 16 anos.

Estendeu as medidas de protecção no trabalho aos adoptantes, tutores ou a quaisquer pessoas relativamente às quais tenha sido deferida a confiança judicial ou administrativa da criança ou jovem, bem como aos cônjuges ou pessoas que vivam em união de facto com o progenitor ou responsável pela



criança ou jovem, e já não só a estes.

Para que outros não acusassem os proponentes da iniciativa de fazerem perigar a sacrossanta consolidação orçamental, estabeleceram-se mesmo critérios mais apertados para a concessão do subsídio de assistência.

Mas, em contrapartida, mantendo-se o montante desse subsídio em 70 por cento da remuneração de referência dos beneficiários, aumentou-se o seu limite para dois salários mínimos mensais nacionais, e já não só um, como anteriormente se propusera.

Duplicou-se também o tempo de concessão desse subsídio para seis anos, e já não só três.

Finalmente, criaram-se obrigações

especiais para o Estado e outras entidades no domínio da informação aos beneficiários do diploma sobre o modo de exercício dos seus direitos. (...)

Como há ano e meio, o PSD está receptivo a todos os contributos que Vossas Excelências, em sede de discussão na especialidade, entendam dever apresentar com vista ao enriquecimento ou aperfeiçoamento do diploma em discussão.

Esta receptividade do PSD é

seguramente acompanhada pela esperança que os Portugueses terão em cada um dos Deputados que integram o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de que estes não inviabilizem, pela segunda vez, a discussão de um diploma que tem propósitos nobres, propostas realistas e que é, acima de tudo, genuína e profundamente solidário.

(...)

Intervenção sobre o Relatório da Participação de Portugal na União Europeia

Deputada Regina Bastos

Assembleia da República, 25 de Maio de 2007



(...)

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, o Governo apresentou a esta Assembleia, para acompanhamento, o Relatório da Participação de Portugal na União Europeia – 2006, o 21.º ano da integração europeia do nosso País.

Como disse o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, trata-se de um documento longo, denso e muito descritivo. O Relatório é composto por 11 títulos, onde o Governo dá conta das entidades nacionais e da União Europeia, que respitam às Instituições e Órgãos

Comunitário (Título I); ao Debate sobre o Futuro da Europa (II); às Perspectivas Financeiras (III); ao Alargamento da União Europeia (IV); à Estratégia de Lisboa (V); às Relações Externas (VI); às Questões Económicas e Financeiras (VII); à Justiça e Assuntos Internos (VIII); à Competitividade (IX); às Políticas Comuns e Outras Acções (X) e à Preparação da Presidência Portuguesa 2007 (XI).

Completam o Relatório do Governo, dois anexos, um sobre contencioso Comunitário (I) e outro sobre Adaptações Legislativas (II).

O Relatório da Comissão dos Assuntos Europeus faz uma análise particular dos seguintes pontos:

- Instituições e órgãos comunitários;
- Debate sobre o futuro da Europa;
- Alargamento da União Europeia;
- Estratégia de Lisboa;
- Política Marítima Europeia;
- Preparação da Presidência Portuguesa.

E apresenta nas suas conclusões uma síntese dos relatórios temáticos parcelares elaborados pelas diversas Comissões Parlamentares.

Todos os relatórios realçam a participação positiva de Portugal no processo de construção europeia embora realçando também que o relatório do Governo é destituído de análise política sendo descritivo ao limitar-se a elencar um conjunto de acções e iniciativas tomadas durante o ano de 2006 no âmbito da construção europeia.

A Comissão dos Assuntos Europeus no seu âmbito de análise considerou que a União, em 2006, prosseguiu o seu alargamento a Leste, que culminou com a entrada da Roménia e da Bulgária, no dia 1 de Janeiro deste ano.

Neste domínio a União, com o envolvimento e concordância de Portugal, encontrou um consenso alargado sobre a forma de futuros alargamentos, numa base de respeito pelo acervo comunitário.

Portugal tem sido a favor da entrada quer da Croácia quer da Turquia.

Em 2006 foi, também, dada uma grande atenção ao impasse institucional e ao debate sobre o futuro da Europa, com Portugal a defender uma solução equilibrada para esta questão.

Podemos ainda destacar as questões relacionadas com a política marítima europeia, com Portugal a procurar desempenhar um papel de destaque.

E o relançamento da Estratégia de Lisboa com grande enfoque no crescimento e emprego em consonância com uma política energética que respeite o ambiente e garanta os recursos para o futuro.

Finalmente:

Considerações da Relatora: apresentação de proposta de alteração de procedimentos

A elaboração de relatórios parcelares pelas múltiplas comissões parlamentares especializadas envolve um dispêndio de tempo e de recursos que acaba por ter um resultado inconsequente.

Na verdade estes relatórios não passam de simples síntese politicamente acrítica do nosso processo de integração da União e sobretudo da participação de Portugal nesse processo.

Ou seja, os relatórios das comissões especializadas e o relatório da Comissão dos Assuntos Europeus que acolhe nas suas conclusões aqueles contributos, redunda num trabalho inócuo e inconsequente.

Parece-nos que a realização de um debate em plenário com a presença do Governo onde o relatório fosse apreciado permitiria realmente aos diversos Grupos parlamentares fazer a sua avaliação política.

Esta seria uma forma de dar maior ênfase ao documento do Governo, facultando um debate politicamente mais eficaz e consequente, pondo fim assim ao procedimento puramente formal e burocrático que constitui a elaboração de relatórios, atribuindo mais tempo à sua discussão em plenário.

(...)



Eurodeputados aprovam Relatório de Carlos Coelho sobre alargamento do Espaço Schengen

A Comissão de Justiça, Liberdades e Garantias do Parlamento Europeu aprovou, sem qualquer voto contra e sem propostas de alteração, o Relatório do Deputado do PSD Carlos Coelho relativo ao “SISone4all”, uma proposta portuguesa que contribui para acelerar o acesso ao Espaço Schengen dos novos Estados-Membros da UE.

Carlos Coelho já tinha sido o principal responsável do Parlamento Europeu para o Sistema de Informações de Schengen da primeira (SIS I) e de segunda geração (SIS II), matérias de co-decisão em que a vontade do Parlamento Europeu é obrigatoriamente tida em conta na legislação aprovada. No último destes relatórios, SIS II, o Relator conseguiu alterar a proposta inicial da Comissão Europeia com mais de trzentas emendas.

A posição tradicional do Parlamento Europeu, tal como foi expressa no decurso dos últimos anos, foi sempre no sentido de garantir a firme inclusão do Sistema de Informação de Schengen no ordenamento jurídico da Comunidade e da UE, recusando qualquer alternativa que mantivesse este sistema a funcionar numa base intergovernamental.

Segundo Carlos Coelho “o Parlamento Europeu fez um grande esforço para chegar a um acordo em primeira leitura no que diz respeito à base legal do SIS II, de forma a não contribuir para os atrasos já registados na implementação do SIS II.”

Para o Relator “o desenvolvimento do SIS II é e deverá continuar a ser a prioridade absoluta” sublinhando ainda o facto de “a possibilidade de conectar um Estado Membro ao SIS ser uma condição necessária para a plena integração no Espaço Schengen, mas não é condição suficiente.”

Para Carlos Coelho “A segurança no espaço comunitário obriga a que todos os parceiros cumpram com eficácia e com rigor as exigências para os controlos nas fronteiras externas. Esquecer este objectivo é pôr em causa a segurança de todo o Espaço Schengen.”

Esta Decisão, no entanto, é



apenas um primeiro passo. O passo final deverá ser dado após a conclusão das avaliações SIS (deverão ter início em 16 de Setembro de 2007 e espera-se que estejam concluídas até Novembro de 2007).

O que é o SISone4all ?

Os atrasos registados com o início do SIS II, bem com as constantes evoluções tecnológicas levaram à necessidade de, entretanto, se proceder à renovação do sistema central, de forma a não pôr em risco o seu bom funcionamento, bem como a obtenção de contratos de manutenção fiáveis, uma vez que as máquinas e alguns componentes de software do sistema central acabaram por se tornar obsoletos.

Face ao enorme descontentamento que se fez sentir por parte dos novos Estados Membros, o Estado Português resolveu avançar com uma proposta que pudesse servir como solução técnica transitória, que permitisse conectar os novos Estados Membros ao SIS, ainda em 2007.

Foi, assim, anunciado no Conselho informal de Tampere, em 21/22 de Setembro, o chamado “SISone4ALL”, que consiste basicamente na “clonagem” do sistema nacional (N-SIS) Português, com a intenção de ser oferecido aos novos Estados Membros e apoiando-os na sua implementação, devendo tornar possível conectá-los ao Sistema

central (C-SIS) até Dezembro de 2007.

Neste momento, o novo N-SIS desenvolvido por Portugal, já foi testado com o C-SIS e validado. Por outro lado, o clone já foi instalado nos novos Estados Membros. A Eslovénia já procedeu aos testes com o C-SIS, mas aguarda ainda os resultados da validação do sistema.

Prevê-se que este projecto esteja tecnicamente pronto em 31 de

Agosto de 2007, seguindo-se a migração dos “velhos” Estados Membros e a integração dos “novos” Estados Membros. Na sequência das avaliações SIS aos novos Estados Membros prevê-se, para aqueles que tiverem tido uma avaliação positiva, que as fronteiras terrestres e marítimas possam ser abertas em 31 de Janeiro de 2008 e as fronteiras aéreas em 29 de Março de 2008.

Carlos Coelho defende criação de conceito estratégico para combater a criminalidade organizada

Na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu em Estrasburgo na semana passada, o Deputado do PSD Carlos Coelho participou no debate sobre o Relatório Dunn relativo ao “Plano Estratégico de combate ao crime organizado”.

O Deputado português começou por recordar que nos últimos 30 anos “se desenvolveu a cooperação policial e judiciária no âmbito da luta contra a criminalidade organizada” mas “enquanto que as redes criminosas tiram proveito duma Europa sem fronteiras internas e o crime transfronteiriço aumenta, a Justiça continua limitada às fronteiras nacionais e os seus poderes de intervenção restringem-se quase que exclusivamente ao território abrangido pela jurisdição do respectivo Estado-Membro.”

Para Carlos Coelho “é essencial que se alcance uma cooperação o mais ampla possível, com base em procedimentos comuns e numa harmonização mínima das normas jurídicas, de forma a podermos ter uma resposta forte e global a essa ameaça que é comum a todos nós.”

O Deputado do PSD, que integra a Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do Parlamento Europeu, defendeu no plenário uma “Política pro-activa que permita:

- aumentar os conhecimentos relativos ao fenómeno da criminalidade organizada que se apresenta cada vez mais sofisticada e melhorar a fluidez dos canais de transmissão de informação;
- reforçar a política de prevenção de forma a reduzir o nível da ameaça que representa para as nossas sociedades;
- utilizar efectivamente a legislação já existente (recorrendo a equipas de investigação conjuntas, reforçando as estratégias de investigação com recurso a técnicas especiais, através do ataque sistemático aos recursos económicos-financeiros conseguidos ilicitamente, com a utilização efectiva quer do mandado de detenção europeu, quer do mandado europeu de obtenção de provas);

- utilizar melhor os vários instrumentos já disponíveis como é o caso da Europol e da Eurojust.

Carlos Coelho apelou à atenção dos Estados-Membros que ainda não ratificaram a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, bem como os Protocolos anexos relativos à luta contra o tráfico de pessoas e o tráfico de migrantes, para que o façam o mais breve possível.

Notícias dos Açores

Costa Neves defende reforma do parlamento

O líder do PSD/Açores defendeu a “reforma” do parlamento açoriano, de forma a reforçar o seu papel de fiscalização da actividade do governo regional e aumentar o debate sobre os temas regionais.

“O parlamento tem que debater mais as questões açorianas, fiscalizar mais a acção governativa e o governo tem que colaborar mais para que essa fiscalização se faça, porque muitas vezes somos confrontados com situações de autêntico bloqueio”, afirmou Costa Neves, em declarações aos jornalistas, no final de um encontro com o presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Fernando Menezes, em que se fez acompanhar pela direcção do grupo parlamentar social-democrata.

O presidente do PSD/Açores deu como exemplo da pouca colaboração do executivo a “falta de resposta” do governo regional a diversos requerimentos, “alguns deles com anos”, dos deputados social-democratas ou o facto de “responder não respondendo, sem fornecer a informação solicitada”, o que “destoa do que se passa na Assembleia da República”.

“Fizemos recentemente dois requerimentos, quase em simultâneo, para saber quais eram as taxas de ocupação dos voos entre o continente e os Açores. Um na Região, em que não houve resposta. Outro na Assembleia da República, em que a resposta é pormenorizada”, exemplificou o líder social-democrata.

Costa Neves lamentou também que o governo regional “não responda nas sessões de perguntas” e que os



secretários regionais “mais apertados” politicamente “não vão às comissões [parlamentares] onde poderiam dar explicações sobre as questões que os atrapalham, como, por exemplo, o transporte marítimo de passageiros”.

Face aos exemplos apresentados, o presidente do PSD/Açores defendeu que, “há coisas que se podem fazer sem alterar as regras”, como é caso de fazer com que os membros do governo “se sintam obrigados a responder e a ir às comissões parlamentares dar as informações necessárias”.

No entanto, o líder social-democrata considerou igualmente que “há coisas que só se podem fazer alterando as regras, comprovadamente insuficientes, para que sejam adaptadas a uma realidade

em constante mudança, para bem da Autonomia e da Democracia”.

Segundo Costa Neves, as comissões de inquérito parlamentares na Assembleia Legislativa dos Açores “não têm poderes para inquirir”, ao contrário do que sucede, recordou, na Assembleia da República.

O presidente do PSD/Açores apontou ainda o caso de no actual regimento parlamentar existir “muita dificuldade em ter tempo de palavra para os deputados”.

Obras prometidas para São Jorge não passam do papel!

O PSD/Açores denunciou que várias promessas feitas pelo governo regional nas visitas estatutárias a São Jorge “teimam em não passar do papel”.

“Em todos os comunicados do conselho do governo realizados na ilha de São Jorge várias têm sido as promessas que lá sempre ficam escritas, mas que teimam em não passar do papel”, afirmou o deputado social-democrata Mark Marques, durante uma intervenção na Assembleia Legislativa dos Açores sobre a recente visita estatutária do governo regional à ilha.

O deputado do PSD/Açores deu como exemplo do incumprimento das promessas do governo socialista a prometida ampliação e reordenamento do terrapleno do cais das Velas, uma obra que “já foi apresentada em desenho, depois em estudo por várias vezes, pelo secretário da Economia, nas sucessivas visitas à Ilha e a verdade é que continua no papel”.

Mark Marques lembrou igualmente que só “sete anos depois” é que o governo regional procedeu ao auto de consignação das obras de protecção do muro da orla marítima da Fajã de São João, “após sucessivos remendos cujo resultado sempre foi posto em causa por nós”.

O deputado social-democrata apontou ainda que “até hoje nada se conseguiu vislumbrar” da elaboração dos projectos de ampliação e adaptação ao ensino secundário das escolas básicas integradas de Velas e Calheta, anunciada em 2004 pelo executivo.

Ainda a propósito da recente visita do governo a São Jorge, Mark Marques classificou de “deselegante” e “grotesca” a forma como o presidente do governo regional “se dirigiu a todos os convidados na inauguração da aerogare de São Jorge, dizendo que o PSD não gostava das obras que o governo faz, mas que, apesar disso, tinham o ‘descaramento’ de aparecer nas inaugurações”.

O parlamentar social-democrata sublinhou que “o PSD não é contra as obras”, mas sim “a favor de todas as que tragam melhor qualidade de vida para os açorianos, o que em São Jorge não tem acontecido”. “Em São Jorge fazem obras para calar as pessoas, com especiais atenções aos calendários eleitorais, e é isso que o PSD pretende mudar no futuro”, salientou.

Mark Marques alertou ainda para os riscos decorrentes das mudanças que estão ser operadas pelo governo regional no sector cooperativo da ilha. “Muitos trabalhadores vão com certeza perder os seus postos de trabalho nas respectivas freguesias e as freguesias as suas cooperativas, todo o movimento gerado à sua volta”, afirmou. Os resultados desta situação, no entender do deputado social-democrata, “podem ser negativos e até mesmo decisivos para a efectiva desertificação de São Jorge”.

Despacho do governo envolto em “clima de suspeição” afirma Clélio Menezes, líder parlamentar do PSD/A

O líder parlamentar do PSD/Açores considerou que está instalado um “clima de suspeição” em torno de um despacho do governo regional publicado recentemente, conferindo



direito a habitação à actual directora regional da Saúde, enquanto ex-vogal da administração do centro de saúde de Angra do Heroísmo, e que o executivo alega ter sido assinado dois anos antes.

“O despacho em causa é publicado com dois anos de atraso, o que merece uma clara censura política e que, por si só, gera um clima de suspeição”, afirmou Clélio Meneses, durante um debate na Assembleia Legislativa dos Açores sobre o despacho assinado pelo presidente do governo, vice-presidente e secretário regional dos Assuntos Sociais.

O presidente do grupo parlamentar social-democrata classificou também de “trapalhada” o facto do referido despacho, alegadamente assinado em Abril de 2005, referir que tinha efeitos retroactivos à data da nomeação de Maria Teresa Brito como vogal da administração do centro de saúde de Angra do Heroísmo, que aconteceu no mesmo mês.

Mas Clélio Meneses considerou ainda “mais grave” o conteúdo nota de esclarecimento da secretaria regional dos Assuntos Sociais sobre o tema, por referir que o despacho não era retroactivo. “Mas quem diz que o despacho é retroactivo é o próprio despacho”, lembrou o líder da bancada social-democrata, para quem o governo regional, “na tentativa de tapar um buraco, abriu outros buracos”.

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores acrescentou que o despacho é “ilegal”, dado que “concede o direito a habitação a quem não tem esse direito”.

Clélio Meneses disse ainda esperar que já esteja em curso um “inquérito” ao despacho governamental.

Sérgio Ferreira afirma: Milhões investidos em Santa Maria sem resultados

O PSD/Açores considerou que os milhões de euros investidos em obras em Santa Maria não se têm reflectido na qualidade de vida dos habitantes da ilha.

“Não serve de nada gastar milhões se depois esse dinheiro não tem tradução prática na vida das populações. Mas falta qualquer coisa. Temos que ultrapassar a fase quantitativa, a dos milhões, e passar à fase qualitativa, a dos resultados”, afirmou o deputado social-democrata Sérgio Ferreira, intervenção na Assembleia Legislativa dos Açores em que fez o balanço das jornadas que o seu grupo parlamentar realizou em Abril, em Santa Maria.



O parlamentar do PSD/Açores reconheceu que tem havido “um esforço de investimento público na ilha e que as obras efectuadas eram necessárias, concorde-se, ou não, com as prioridades estabelecidas”, mas salientou que tem de ser “ultrapassada a fase quantitativa e dos milhões, para se passar à fase qualitativa, a dos resultados”.

E essa consegue-se, sublinhou, com a “aposta na formação profissional, na criação do auto-emprego, na promoção do destino e na motivação dos diversos sectores económicos, que poderá estar a solução para estas ilhas pequenas”.

Sérgio Ferreira disse que Santa Maria “tem potencial, e esse é um facto indiscutível, mas isso por si só não garante o desenvolvimento necessário para encarar o futuro com tranquilidade”.

O deputado social-democrata salientou que, ao nível do turismo, “Santa Maria tem hotéis mas, infelizmente, com taxas de ocupação baixíssimas, tendo 2006 sido um ano negro nesse domínio”.

Alertou igualmente para a “cíclica” falta de areia das praias locais, com “o Governo, teimosamente a não proceder às obras para a sua retenção, apesar do Plano de Ordenamento Turístico, reconhecer que as praias são uma das mais-valias de Santa Maria”. Sérgio Ferreira lamentou ainda “falta de certificação” dos trilhos turísticos e “gritante” inoperância dos transportes marítimos.

No sector agrícola, Sérgio Ferreira salientou que Santa Maria tem “matadouro e explorações certificadas para a carne IGP”, faltando uma sala de desmancha “a funcionar” e capacidade de frio que

“permitiria que as mais valias do sector ficassem na ilha”. Realçou, no entanto, o “projecto desenvolvido pela Agrocoopmariense, na comercialização e promoção de produtos locais, que se revela uma alternativa em termos do rendimento dos agricultores”.

Em relação às pescas, o deputado social-democrata afirmou que governo se “esqueceu”, ao construir o porto de recreio de Vila do Porto, que “estava a condicionar” o núcleo de pescas local, “não tendo pensado, em tempo útil, numa solução que servisse a todos: pescas e recreio náutico”.

O parlamentar do PSD/Açores afirmou estranhar que unidade industrial de transformação do peixe-espada preto “esteja praticamente paralisada, pois possui bons equipamentos e existem stocks daquele peixe nos Açores”.

Sérgio Ferreira alertou ainda para o facto do aeroporto de Santa Maria, o maior empregador da ilha, continuar a manter “indefinido” o futuro da infra-estrutura, “não se percebendo se é a ANA que está a brincar com o governo regional ou se é o governo que está a brincar com Santa Maria”.

Iniciativa comunitária

O deputado Jaime Jorge defende o programa «Abordagem Leader»

Na ALRA, o deputado regional Jaime Jorge teve uma intervenção importante em defesa e apoio ao projecto “Abordagem Leader”, afirmando:

O Projecto de Desenvolvimento Rural dos Açores que integra o QRESA e que irá vigorar entre 2007 e 2013, passará forçosamente e em grande parte pelo Programa de Iniciativa Comunitária “ Abordagem LEADER”, que vem deste modo substituir o Programa “LEADER +”, do anterior Quadro Comunitário de apoio.

Estão assim ultrapassados em parte, os piores temores das Associações de Desenvolvimento Local dos Açores, quanto à possibilidade do programa Leader, não ter continuidade no quadro comunitário que agora se inicia, pondo em causa, para além de um forte impulso ao desenvolvimento local, que já de alguma forma estava em marcha dos programas anteriores, a própria continuidade das Associações de Desenvolvimento Local Açorianas, enquanto entidades privadas, com estruturas técnicas e administrativas já constituídas e estabilizadas.

No Arquipélago dos Açores, são quatro as Associações de Desenvolvimento Local, com responsabilidade na gestão destes programas comunitários, que desde o LEADER II, têm contribuído decisivamente para potenciar os escassos recursos que executam nas nossas comunidades rurais.

Estas Associações são: A GRATER, que gere o território constituído pelas ilhas da Terceira e Graciosa, ARDE, que gere o território constituído pelo concelho de Ponta Delgada e ilha de Santa Maria, ASDREP, que gere o território do resto da ilha de S. Miguel e ADELIAÇOR, que gere o território constituído pelas ilhas de Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo.

É ainda e a este propósito oportuno recordar, que por inexistência nos Açores, de Associações desta natureza, não foi possível captar para esta Região os fundos respeitantes ao LEADER I, que muita falta fizeram ao desenvolvimento da nossa Região, marcadamente rural e com atrasos estruturais profundos e difíceis de ultrapassar.

É importante referir ainda que a acção destas Associações, ao longo da última década, na gestão destes programas, permitiu aplicar em toda a Região 35,5 milhões de euros de investimento aprovado, distribuídos por 1431 projectos apresentados por entidades públicas e privadas, que resultaram em 88 novas empresas e 405 novos postos de trabalho.

É pois por demais evidente e incontornável, o contributo importantíssimo que as Associações de Desenvolvimento Local Açorianas, têm tido no desenvolvimento das nossas comunidades rurais, aplicando de forma eficaz, competente e reprodutiva, os meios financeiros a



que se tem candidatado, e colocados à sua disposição.

Prova disso, foi o reforço de verbas atribuído a todas elas, aquando da redistribuição da reserva de eficiência, destes programas.

A gestão dos programas Leader é pois, um caso de sucesso, revelando que associações de natureza privada gerem bem, muito bem, recursos públicos, com eficiência e bons resultados.

Não obstante tudo isto, no capítulo da Coesão Social do Estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social do conceituado professor Augusto Mateus, a posição débil da região no todo nacional, resulta de um padrão de qualidade de vida e de qualificação do seu capital humano, bastante inferior ainda à média nacional.

É também neste contexto que se assiste ao aumento das assimetrias entre freguesias e concelhos da nossa região, levando os jovens a abandonar os mais periféricos, para se fixarem definitivamente nos nossos maiores centros urbanos, quando não abandonam de vez a região, regressando só em férias ou visitas curtas.

A nossa economia não gera novos empregos, penalizando os jovens que tem maiores níveis de formação e os Açores ainda não conseguem atrair e fixar novos residentes.

Acentuam-se assim os nossos índices de envelhecimento nos meios rurais, ao mesmo tempo que as ilhas mais periféricas perdem gradual e consistentemente, a sua população activa.

A agravar este cenário está o facto da região ser a detentora da maior taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, totalizando já 18 000 e ter uma esperança média de vida inferior à média nacional, em quatro anos.

Por estar consciente das dificuldades e complexidade de se instituir um modelo de desenvolvimento, que inverta a redução demográfica da maioria das

nossas ilhas e que reduza o fosso que actualmente existe nos vários níveis de desenvolvimento que regista o território Açoriano, já por diversas vezes o PSD afirmou reconhecer, que este é seguramente um tema delicado e difícil.

Já que, nas sociedades modernas, o desenvolvimento é sobretudo ditado pela concentração populacional e pelas suas dinâmicas geradoras de verdadeiras economias de mercado.

Por isso mesmo, o PSD entende que nesta matéria o Governo Regional carece de parceiros que ajudem a diagnosticar os problemas e que em conjunto consigam encontrar as soluções mais viáveis e duradouras.

O Partido Socialista e este governo insistem em ignorar os sinais de aviso que estão já à vista de todos e persistem no erro de prescindir do contributo, que neste domínio poderá advir, em primeiro lugar do PSD e da generalidade das autarquias açorianas, em segundo lugar, das Associações de Desenvolvimento Local, rejeitando sistematicamente o contributo e a cooperação que todos, entidades públicas e privadas, enfim a sociedade civil, podem e devem dar, pugnado para ultrapassar o desafio da desertificação dos nossos territórios mais periféricos, naquele que o PSD avalia ser o problema mais sério e difícil que a sociedade açoriana tem pela frente, na próxima geração.

O baixo e diferenciado ritmo de desenvolvimento que temos assistido nas nossas comunidades mais rurais, levavam a esperar que este governo afectasse uma percentagem superior dos fundos deste Quadro Comunitário, aos eixos três e quatro do PRORURAL, aqueles que conterão as verbas específicas para a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.

É pois de lamentar, à semelhança do que também se verifica para as autarquias, que apenas podem em conjunto gerir 12% do envelope financeiro associado ao QRESA, que como todos sabem é de 1 538 milhões



de euros, que as Associações de Desenvolvimento Local apenas possam dispor de cerca de metade dos 10% do valor total do PRORURAL, afecto aos eixos 3 e 4, quando as associações congéneres do continente, vão gerir com este programa, quase o triplo das verbas que lhes coube com o Leader +.

Também aqui este Governo mostra bem, apesar do seu discurso em contrário, a sua matriz centralizadora. Afasta do palco político tudo e todos, mesmo aqueles que já demonstraram competências para participar activamente no processo do desenvolvimento rural dos Açores.

Reclama para si todas as atenções e a luz dos focos da ribalta e esquece-se que o atraso a que muitas das nossas comunidades estão votadas, exige que toda a sociedade Açoriana se mobilize, sem que ninguém deva exigir ou reclamar para si próprio, mais protagonismos.

É caso para perguntar, o que ganharam as nossas associações com uma gestão regional deste programa, quando é quase certo que se ela continuasse a ser nacional, como aconteceu com os programas anteriores, as associações açorianas iriam dispor de muito mais verbas para afectar ao desenvolvimento rural?

Pode-se, neste caso, afirmar com propriedade, que as

associações acabam este processo prejudicadas pelo nosso orgulho e aspirações autonómicas, o que é uma manifesta contradição com os objectivos e percurso da nossa autonomia.

A autonomia não pode significar exclusão nem diminuição do papel, que neste domínio cabe à sociedade civil. Parece mesmo que este Governo não lida bem, com sucesso dos agentes de natureza privada.

As Associações de Desenvolvimento Local Açorianas têm a este propósito, um capital de experiência acumulado na gestão de fundos específicos do desenvolvimento rural. Devem pois por isso, ser encaradas como parceiros privilegiados e não podem ser marginalizadas, ocupando-se apenas com valores residuais do total dos fundos do QRESA, que deixam nas Associações um sentimento de frustração enorme, sobretudo se comparado com aquilo que são os valores que vão ser geridos, no continente, pelas associações congéneres.

Finalmente, sendo a Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura, a entidade gestora dos fundos afectos aos eixos 3 e 4 do PRORURAL e podendo os serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas candidatar-se também a esses fundos, pode-se, legitimamente questionar a sua isenção e imparcialidade na análise dos projectos que venham a ser entregues pelas associações. – Fonte: Gab. Imp. PSD/ALRA



Notícias do Algarve

Mendes Bota propor geminação de Loulé com Wieliczka

Em carta dirigida à Câmara Municipal de Loulé, o deputado Mendes Bota, na sua qualidade de membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, tomou a iniciativa de sugerir a tomada das decisões, contactos e avaliações necessárias à concretização da geminação do Município de Loulé, com o Município de Wieliczka, na Polónia.

O porquê desta proposta radica no facto de, quer em Loulé, quer em Wieliczka, existirem duas das maiores minas de sal-gema da Europa. Embora com histórias e desenvolvimentos diferentes, este constitui o cerne de um ponto comum de interesse entre as duas colectividades locais pouco vulgar em todo o espaço europeu.

A mina de sal gema de Wieliczka, que Mendes Bota visitou recentemente, conheceu uma exploração secular, e constitui hoje em dia um autêntico parque temático com uma importância ímpar na oferta turística da Polónia que, já de per si, é um grande país, com uma potencialidade turística de grande expressão no contexto da Europa central e de leste.

A mina de sal gema de Loulé, embora sem a tradição nem a dimensão de exploração da sua congénere polaca, pode perfeitamente evoluir para uma actividade de múltiplas facetas, que vão do turismo de animação ligado à exploração que se mantém, à vertente da saúde virada para as doenças respiratórias, e terá certamente muito a ganhar com o estreitar deste relacionamento, quer ao nível das entidades públicas, quer ao nível das entidades privadas proprietárias das referidas minas.

No entender do deputado Mendes Bota, o Algarve necessita de diversificar as motivações do seu produto turístico, designadamente quanto a animação e a parques temáticos. E esta é uma excelente oportunidade de beneficiar do conhecimento de quem sabe e tem sucesso nesta área específica.

Para este efeito, tomou a iniciativa de contactar previamente a Administração do Grupo CUF, actual entidade proprietária da mina de sal gema de Loulé, sem cuja receptividade para a ideia, nem valeria a pena prosseguir os esforços para concretizar este objectivo.

Por outro lado, Mendes Bota encontrou na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa uma colega polaca, a senadora Urszula Gacek, a qual, comungando



dos mesmos propósitos do signatário, está disposta a promover a proposta política junto das autoridades autárquicas de Wieliczka, que pertence ao seu círculo eleitoral, para que encarem a possibilidade de

geminação com Loulé.

Um dos objectivos do Conselho da Europa, é o de favorecer a aproximação entre os diferentes povos europeus e, designadamente, o estabelecimento do diálogo e de relações políticas, económicas e sociais entre as comunidades locais e regionais, de que os acordos de geminação são um bom exemplo, reforçando o que as une, e promovendo um melhor conhecimento e compreensão das suas diferenças.

Assim, aproveitando a presença da senadora Urszula Gacek, na próxima semana, na reunião da Subcomissão para o Desenvolvimento do Turismo, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que se realiza na Quinta do Lago (Almancil), Mendes Bota organizou conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Seruca Emídio, e com a Administração do Grupo CUF, um programa de trabalho com os seguintes passos:

Dia 16 de Maio de 2007

10h – Reunião de trabalho nos Paços do Concelho

11h – Visita à mina de sal gema de Loulé, com descida aos túneis

13h – Almoço oferecido pelo Grupo Cuf a todos os participantes

Neste programa participarão:
-Câmara Municipal de Loulé
-os membros da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Deputado Mendes Bota e Senadora Urszula Gacek

-Representantes do Grupo CUF
-Encarregada de Negócios da Embaixada da Polónia em Lisboa

-Representantes da Região de Turismo do Algarve e da Associação de Turismo do Algarve (a confirmar)

Destas conversações, espera-se que resulte uma agenda de contactos e iniciativas tendentes a viabilizar um acordo de geminação entre os Municípios de Loulé e de Wieliczka.

– Gab. Apoio PSD

Notícias de Aveiro

Animação nas Freguesias “Viver Aveiro” – teatro na Freguesia de Nariz

A Câmara Municipal de Aveiro Levou à cena a peça de teatro “A Voz Humana”, a partir de Jean Cocteau, com interpretação e encenação de Carolina Rodrigues, no dia 26 de Maio, às 21.30 horas, no Centro Social e Cultural de Verba, na freguesia de Nariz.

Integrado no programa de Animação das Freguesias “Viver Aveiro”, “A Voz Humana” consiste num intenso monólogo que narra a história de uma personagem ferida nas suas emoções mais profundas, falando angustiosamente com o amante. Toda a fala é produzida ao telefone, alterando substancialmente a natureza deste monólogo, redimensionando-o para um outro espaço, que embora se saiba que exista, não é visível em tempo real. Da ansiedade ao desespero, o discurso da amante abandonada torna-se progressivamente mais desamparado e fluido, revelando a tragédia em toda a sua extensão.



O cenário é minimalista, toda a acção se desenrola e desenvolve, pretendendo simular um quarto, onde A tensão do texto é crescente, motivada



não somente pela interpretação, mas também pelos jogos de luz e mecanismos sonoros aplicados em partes-chave da acção. O ambiente criado, a partir da “Voz Humana”, é poético e aterrador, e vive num permanente limbo de tensão emocional e psicológica.

“A Voz Humana” de Jean Cocteau foi levada ao palco, pela primeira vez, em 1930, tornando-se uma peça mítica, interpretada sucessivas vezes, por algumas das maiores actrizes do século XX. Este texto inspirou Pedro Almodóvar para a realização do filme “A Lei do Desejo”.

Jean Cocteau (1889-1963), nascido numa pequena vila próxima de Paris, foi um dos mais talentosos artistas do século XX. Poeta, escritor, dramaturgo, crítico de arte, desenhista, escultor e cineasta. Foi um dos primeiros escritores franceses a fazer cinema. Viveu as duas Guerras Mundiais, presenciou a ebulição cultural e intelectual de Paris nas décadas de 10 e 20, participando activamente em diversos movimentos artísticos. Na lista dos que cruzaram o seu caminho estão nomes como o de Edith Piaf, Pablo Picasso, Coco Chanel, Colette, Amedeo Modigliani, Andy Warhol, Man Ray, entre outros. É famoso pela frase “Não sabendo que era impossível, foi lá e fez”.

Citações do texto:

- “Porque tu me falas, há cinco anos que vivo de ti, que és o único ar que respiro, que levo tempo à tua espera, a julgar-te morto, a reviver quando entras e te vejo, a morrer medo de partires. Neste momento respiro, porque tu me falas...”

- “A verdade é que entre nós, separados por este telefone, o que acabou, acabou”.

Informação para Jornalistas

Caso necessitem mais informações, contactem:

GRPC – 234 400 555 – João Oliveira, Carla Silva ou Arménio Bajouca imprensa@cm-aveiro.pt

A Câmara Municipal de Aveiro agradece a difusão desta informação pelo vosso órgão de comunicação social.

“Workshop” Museu da cidade, nos dias 25 e 26 da semana passada

O “Workshop” Museu de Cidade” realizou-se nos dias 25 e 26 de Maio, no anfiteatro do Departamento de Eng^a. Mecânica da Universidade de Aveiro.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, Universidade de Aveiro e a Fundação Eng.º António Pascoal, este workshop internacional debateu o conceito de Museu da Cidade, tendo por base a comemoração dos 250 anos de Aveiro como Cidade, a ter lugar em 2009.

Este “Workshop” teve por finalidade proporcionar aos participantes a troca de impressões com alguns dos melhores especialistas internacionais desta temática. Pretende-se no fundo, despertar as “consciências” para o valor do património que nos conduziu à realidade que hoje temos.

Numa sociedade empenhada num desenvolvimento sustentável, o envolvimento do cidadão é importante. Conhecer as raízes da sua comunidade e valorizá-las, procurando projectá-las para o futuro ajudam a criar um sentimento de identidade e auto-estima. O conceito de Museu de Cidade, ao procurar plasmar a história e o desenvolvimento de uma comunidade nas suas diferentes vertentes, constitui, por isso, um forte contributo.

O programa do Workshop “Museu de Cidade” foi o seguinte:

Dia 25, abertura do workshop, com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, da Reitora da Universidade de Aveiro e do Presidente da Fundação Eng.º António Pascoal.

Primeira conferência: “Representing Cities” – Ian Jones – Secretário Geral do CAMOC-ICOM (International Committee for the Collections and Activities of Museums of Cities – International Council of Museums), Londres – Reino Unido .

Segunda conferência: “Helsinki City Museum – Challenges and small Steps” – Tiina Merisalo – Directora do Museu da Cidade de Helsínquia e do Museu Provincial de Uusimaa, Finlândia

Terceira conferência: “The City

Museum: the odd one out, but with a lot of possibilities” – Renée Kistemaker – Consultora senior de Investigação do Museu Histórico de Amsterdão Willet-Holthuysen, Holanda;

“Museu da Cidade de Aveiro – programa museológico” – Andreia Lourenço – mestranda em Museologia e Património Cultural pela Universidade de Coimbra – Ana Gomes - Chefe de Divisão de Museus da Câmara Municipal de Aveiro e coordenadora do projecto – Museu da Cidade de Aveiro
Quinta conferência – “Conditions for high quality in architecture, example of Paris – questions and solutions” – Dominique Alba – Directora Geral do Pavillon de l’Arsenal, Paris, França.

Sexta conferência: “Museus para todos na cidade total” – Henrique Cayatte – Designer Professor convidado da Universidade de Aveiro

No último dia, encerramento do Workshop Todas as conferências foram seguidas de discussão pública.

Animação na Feira do Livro de Aveiro

No programa de animação, de 26 a 31 de Maio, da Feira do Livro, destacam-se as sessões de autógrafos de Líliliana Sousa, Daniela Figueiredo e Margarida Cerqueira, autoras do livro “Envelhecer em Família” e de João Malheiro, autor de “Memorial do Benfca: 100 anos Glórias”, “Idade da Bola” e “Eusébio: A minha história”.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, a Feira do Livro tem por finalidade divulgar e promover o acesso à leitura através da exposição e venda de livros, encontrando-se a decorrer no Rossio até 3 de Junho. O horário da feira é de Segunda a Quinta-feira das 17.00 às 23.00 horas; Sextas-feiras, das 17.00 às 24.00 horas, Sábados, das 15.00 às 24.00 horas e Domingos, das 15.00 às 23.00 horas.

Exposição itinerante “Portugal Azul – O Futuro passa por si

A exposição itinerante “Portugal Azul – O Futuro passa por si” está presente em Aveiro, desde 26 de Maio a 3 de Junho, na zona relvada do Lago da Fonte Nova, das 10.00 às 22.00 horas. A entrada é livre.

A visita da televisão a todos os portugueses de norte a sul do país através

da exposição itinerante “Portugal Azul – O futuro passa por si”, que percorre as capitais de distrito desde o passado dia 7 de Março, está na cidade de Aveiro entre 26 de Maio e 3 de Junho, onde decorrerá um programa em directo, no dia 1 de Junho, na zona relvada do Jardim do Rossio. A emissão será conduzida por Carlos Ribeiro, Isabel Angelino, João Baião e Serenella Andrade.

No interior da exposição, os visitantes de Aveiro terão a oportunidade de conhecer a RTP nas dimensões que habitualmente não são conhecidas do grande público. Vão poder viajar ao longo das cinco décadas da RTP e conhecer os marcos mais importantes da história do serviço público de televisão. É ainda possível conhecer os serviços da RTP para espectadores com necessidades especiais, como invisuais ou surdos.

A extensão da televisão às novas plataformas tecnológicas é também uma realidade a descobrir, sendo possível experimentar o novo serviço RTP Mobile (disponível através do telemóvel) assim como os benefícios da emissão transmitida em Alta Definição. Os visitantes podem ainda participar em jogos e experiências que recorrem às mais modernas tecnologias, como um estúdio virtual onde cada visitante pode representar o papel de um jornalista da RTP em diferentes e variados contextos. Os mais novos têm ainda um espaço especialmente dedicado a eles, com jogos didácticos e muita animação.

Há ainda oportunidade para mostrar as novas instalações da RTP numa visita virtual e tridimensional, através da qual os visitantes ficam a conhecer a nova sede e o novo Centro de Produção de Televisão.

Existem no local da Exposição PORTUGAL AZUL monitores devidamente preparados para acompanhar os grupos após marcação, nas visitas guiadas a escolas da região de Aveiro, centros de dia, lares bem como cidadãos com necessidades especiais. As visitas acompanhadas deverão ser alvo de marcação prévia através da «linha de apoio ao espectador» disponível pelo telefone 707 789 707.

Na cidade de Aveiro onde se encontrará a Exposição, todas as pessoas podem assistir ao programa em directo





"Portugal Azul" no dia 1 de Junho, que pretende aferir a importância que a RTP teve e tem na vida dos seus habitantes.

Um grande programa de entretenimento com reportagens, entrevistas e a presença de figuras conhecidas da RTP e da nossa sociedade. Serão convidadas caras conhecidas, de diversas áreas, que tenham nascido em qualquer freguesia ou concelho do distrito de Aveiro. Essa pessoa falará da sua terra e da importância que a televisão teve e tem na sua vida.

A Exposição itinerante "Portugal Azul – O futuro passa por aqui" vai proporcionar experiências interactivas e muitas surpresas, levando a magia da televisão aos habitantes do distrito de Aveiro e a todo o país no ano em que se comemoram os 50 Anos da RTP.

São Jacinto ganhou pela segunda vez, a Bandeira Azul da Europa.

A Praia de São Jacinto ganhou o direito a ostentar, pela segunda vez, a Bandeira Azul da Europa.

A candidatura à Bandeira Azul para a praia de São Jacinto foi apresentada pela Câmara Municipal de Aveiro e é com satisfação que, mais uma vez, a Praia de São Jacinto é galardoada.

A Autarquia Aveirense apresentou, apesar de não ser um critério Bandeira Azul, ainda como factor ambiental, uma candidatura para analisar a qualidade microbiológica da areia, uma vez que entre os preceitos de escolha de destino turístico é tida em conta a qualidade ambiental das praias. A justificação do estudo da qualidade da areia vem da Associação das Bandeiras Azuis para a Europa, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e Instituto do Ambiente, através do Projecto de Monitorização da Qualidade das Areias.

Ao longo da temporada, que se inicia no dia 1 de Junho, irão ser feitas análises às areias, que serão dadas a conhecer ao público.

Portugal irá ter este ano 189 praias e 12 marinas com Bandeira Azul, mais 15 do que no pretérito ano.

A Bandeira Azul é atribuída anualmente às praias e aos portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental. Este galardão, símbolo de referência da

qualidade ambiental que os portugueses reconhecem e valorizam é o resultado de candidaturas voluntárias de cumprimento dos critérios para as zonas balneares dos quais 22 são imperativos, quatro são guia e dois não aplicáveis no nosso país. E de um conjunto de 22 para Portos de Recreio e Marinas.

No que diz respeito às Praias, a Bandeira Azul traduz o respeito pelos critérios da Qualidade da Água, Informação e Educação Ambiental, Gestão Ambiental e Equipamentos e Segurança.

Este ano a Campanha Bandeira Azul 2007 conta com o apoio do OCEANÁRIO DE LISBOA com o qual irá implementar múltiplas acções de sensibilização ambiental relacionadas com o tema eleito para o presente ano no âmbito das Alterações Climáticas e o seu impacto no Litoral.

A verificação do cumprimento dos critérios Bandeira Azul continua a ser assegurada pela implementação do Programa Nacional de Vigilância que conta com o apoio da FUNDAÇÃO VODAFONE PORTUGAL e que envolve os Municípios com zonas balneares galardoadas do Instituto Português da Juventude, no âmbito do Programa Ocupação de Tempos Livres, o Corpo Nacional de Escutas, Associações de Defesa do Ambiente.

A Região Centro com 16 Bandeiras Azuis (mais 3 que em 2006) foi a região que registou a maior subida no número de praias galardoadas. Há a realçar a entrada pela 1ª vez quatro zonas balneares novas das quais três são fluviais.

A ABAE, formalmente constituída em 1990, tem um empenhado trabalho em todo o território nacional, pautando-se pela isenção e rigor da informação, tornando-se uma verdadeira referência de qualidade, de voluntarismo e de cidadania, ou seja a verdadeira expressão da sociedade civil. Este seu galardão – Bandeira Azul – assume uma incontornável importância para os portugueses que identificam este símbolo como garantia de qualidade e bem-estar.

–Gab. Imprensa CM Aveiro

Notícias de Braga

Prossegue esforço de apoio aos Autarcas das Freguesias: PSD promoveu curso de "Marketing e Comunicação"

A Comissão Política de Secção do Partido Social Democrata de Braga promoveu no Sábado da semana passada, no auditório da Junta de Freguesia de S. Victor, a 1ª Edição da Acção de Formação subordinada ao tema "Marketing e Comunicação", destinada aos autarcas que integram as listas da "Coligação Juntos por Braga".

O sucesso desta Acção de Formação, bem como o elevado número de inscrições apresentadas, constituíram factores que determinaram o compromisso assumido pela Comissão Política do PSD de repetir a iniciativa.

Esta acção, de carácter gratuito, inseriu-se no âmbito das diversas actividades formativas já desenvolvidas pelo PSD/Braga em benefício dos seus autarcas e reflecte o esforço contínuo de formação por parte dos inúmeros participantes, bem como o investimento da Comissão Política de Secção em padrões de exigência e qualidade crescentes no serviço público que todos devem prestar às populações.

A iniciativa foi mediada pela vogal da Comissão Política, Olga Pereira, e contou com as presenças da Dra. Isabel Corte-Real, sócia-gerente e fundadora da QI – Quociente de Imagem - uma reputada empresa de comunicação e imagem com uma vasta experiência em campanhas eleitorais - e do Coordenador do Gabinete Autárquico da Comissão Política de Secção, Afonso Henrique Cardoso.

Através da exemplificação audiovisual de boletins informativos e notas de imprensa utilizados no concelho de Braga, Afonso Henrique Cardoso, introduziu o tema em abordagem e deu o mote para que a especialista Isabel Corte-Real, efectuasse a respectiva apreciação crítica.

Seguiu-se uma apresentação, comentada com casos reais e versando sobre a eficácia do texto escrito e correcta comunicação institucional, mas incidindo, sobretudo, na eficácia da comunicação ao nível autárquico, indo assim de encontro às expectativas dos



participantes.

Após um aceso período de debate e discussão, através do qual os participantes tiveram oportunidade de colocar dúvidas, expor ideias e trocar experiências com os formadores, teve lugar, no final, a intervenção do Presidente da Comissão Política, Ricardo Rio, que, instado pelos presentes, deu mostra, nomeadamente, da importância da comunicação na transmissão e compreensão da mensagem pelos eleitores no próximo grande desafio das autárquicas em 2009.

Na sua intervenção, Ricardo Rio enalteceu que "comunicar" não é "iludir" como insistentemente faz a máquina publicitária do Partido Socialista, seja através do Canal Informativo da Câmara Municipal, seja através dos "escritas oficiais", já não a soldo, mas em saldo...

Em todo o caso, apelou a todos para que "fizessem chegar ecos do respectivo trabalho às suas populações, sob pena de estas não disporem de todos os elementos para fazerem uma escolha consciente e acertada".

A sessão terminou no fim da manhã, tendo sido manifesta a satisfação de todos os autarcas participantes, e visível o empenho continuado dos mesmos no objectivo comum de vencer as próximas eleições autárquicas.

Patente ficou, igualmente, o persistente e continuado investimento da Comissão Política de Secção de Braga nos seus autarcas, com o desiderato último de servir e melhorar a qualidade de vida dos Bracarenses com verdade, credibilidade e competência. – Gab. Autarq. CPS/ PSD-Braga

Notícias de Leiria

Deputados do PSD reclamam mais atenção do Governo para problemas do Distrito

Deputados do PSD eleitos pelo Distrito, reclamaram na semana passada, mais atenção do Governo para as questões dos Concelhos do Norte do distrito, que se debatem com problemas económicos graves e falta de acessibilidades rodoviárias.

“Vamos fazer uma intervenção em plenário sobre o Norte do distrito” e “escrever ao Governo”, alertando-o dos problemas daquela região, afirmou Feliciano Barreiras Duarte, coordenador dos deputados sociais-democratas da região.

Hoje, os deputados visitaram Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra para avaliar as queixas das autarquias e das populações em relação àquilo que consideram ser a falta de atenção do Governo aos seus problemas.

A construção do novo Itinerário Complementar (IC) 3 foi exigida hoje pelos deputados, que consideram esta via essencial para “desenrascar alguns

concelhos” da região, quer do distrito de Leiria, mas também de Castelo Branco e Coimbra.

“Desde que o actual Presidente da República foi Primeiro-Ministro pouca coisa foi feita” na região, considerou Feliciano Barreiras Duarte.

Na área da saúde, os deputados mostram-se preocupado com “a resistência do Governo” à abertura de uma “unidade cuidados continuados no antigo hospital do Avelar” (Ansião) e criticam a remodelação dos serviços existentes que irão obrigar a que “as pessoas de alguns destes concelhos tenham que se deslocar à Covilhã”.

Além disso, “as pessoas estão preocupadíssimas com os horários de funcionamento das infra-estruturas” existentes, considerou Feliciano Barreiras Duarte.

Depois, os deputados contestam



também a “injustiça da nova lei das finanças locais” que irá diminuir em “50 por cento os orçamentos municipais” dos concelhos mais pequenos, como são os do norte do distrito.

Para Feliciano Duarte, parece “uma forma deste Governo incentivar a extinção ou obrigatoriedade de fusão de concelhos”.

A construção de um parque industrial para Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos foi também reclamada pelos deputados no âmbito da execução do Plano Regional de Ordenamento do

Território.

“Existe muita expectativa sobre a utilização dos próximos fundos comunitários”, considerou Feliciano Duarte, que faz um balanço muito negativo da actuação do Governo em relação a todo o distrito.

“Há muita gente que hoje olha para trás e para o anterior Governo e apercebem-se que eram felizes e não sabiam” até porque “havia maior abertura e maior disponibilidade para a resolução de alguns problemas”, salientou o deputado, que foi secretário de Estado dos executivos PSD/CDS.- **Fonte: Lusa**

Notícias de Évora

A Câmara fracassou na gestão da habitação

Passados 5 anos de gestão socialista na Câmara de Évora e o resultado é que a qualidade do espaço físico, da habitação e do património edificado em Évora não melhoraram, antes pelo contrário.

Évora continua longe do fim da especulação imobiliária e da diminuição do preço dos terrenos para habitação, sem que o PS tenha cumprido em 5 anos alguma das promessas feitas quanto ao preço da habitação e à quantidade dos terrenos para construção própria.

Évora continua longe de uma adequada e urgente recuperação de habitações no Centro Histórico, sem que o PS tenha garantido algum dos prometidos 500.000 contos (2,5 MEuros)/ano para a recuperação de casas no Centro Histórico.

A consequência é a crescente insegurança do Centro Histórico, onde 20% dos edifícios estão degradados, muitos em ruínas e abandonados à marginalidade, resultando na sua crescente desertificação, cujo processo não foi travado nem contrariado.

A desastrosa gestão habitacional do PS em Évora resultou, em 5 anos,



na estagnação populacional com tendência de regressão, por incapacidade de atracção de população jovem que contrarie e inverta o crescente processo de envelhecimento do concelho. - **C.P.S./PSD-Évora**

Notícias de Setúbal

A Comissões Políticas do PSD de Setúbal exigiu um pedido de desculpas ao ministro das Obras Públicas, devido às afirmações que proferiu quarta-feira passada sobre a margem sul, durante um debate sobre o novo aeroporto de Lisboa.

“O PSD repudia com veemência as declarações do senhor ministro Mário Lino, que consubstanciam uma profunda ofensa e humilhação a todos quantos vivem e trabalham na margem sul do Tejo”, defende a distrital social-democrata, que exige também “um pedido de desculpas” à população da margem sul do Tejo.

Em comunicado, o PSD de Setúbal considera ainda que as afirmações proferidas pelo ministro Mário Lino “são aviltantes e envergonham qualquer um”.

Como recorda o PSD, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações afastou quarta-feira a hipótese de o aeroporto se localizar

na margem sul do Tejo por as zonas de Pocerirão, Faiais e Rio Frio (as alternativas à Ota) serem um “deserto”.

Durante o debate promovido pela Ordem dos Engenheiros, Mário Lino afirmou que “fazer um aeroporto na margem Sul seria um projecto megalómano e faraónico, porque, além das questões ambientais, não há gente, não há hospitais, não há escolas, não há hotéis, não há comércio, pelo que seria preciso levar para lá milhões de pessoas”.

As declarações do governante indignaram todos os Partidos da oposição e também os Auutarcas da margem sul, que já criticaram a forma como o governante se referiu à região e que tomaram uma posição conjunta, em conferência de imprensa da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), num hotel da cidade.

- **Fonte: Lusa**

Distrital do Porto

Distrito ameaçado de “esmagamento” pelo Governo

O deputado social-democrata Sérgio Vieira, eleito pelo Distrito do Porto, acusou o governo socialista de ser “o mais centralista e controlador” da história da democracia portuguesa, denunciando ataques contra o poder local e o esquecimento a que foi votada a região norte.

“Estamos perante o governo mais centralista e controlador de que há memória na democracia portuguesa”, defendeu Sérgio Vieira, numa intervenção proferida na Assembleia da República, onde considerou que o executivo liderado por José Sócrates “convive mal com os poderes democráticos dos municípios e das regiões autónomas”.

Depois de salientar que o governo, ao longo da legislatura, “asfixia, maltrata e desprestigia” o poder local, Sérgio Vieira manifestou-se contra o novo modelo proposto para as áreas metropolitanas, considerando que se pretende “retirar aos presidentes de câmara a legitimidade de dirigirem as áreas metropolitanas por eles criadas”.

“É uma proposta inqualificável e inaceitável”, afirmou o deputado, que é o líder da concelhia do PSD/Porto, acrescentando que o governo pretende “domesticar” as áreas metropolitanas e “afastar (os autarcas) da gestão e resolução de problemas que lhes dizem respeito”.

“Um dia destes, o PS perde a vergonha toda e ainda acaba por propor que os presidentes de câmara sejam designados pelo Terreiro do Paço e não eleitos pelas populações”, ironizou.

Sérgio Vieira afirmou ainda que o executivo socialista “não promove a coesão social”, referindo o exemplo da região norte do país, onde reside 36 por cento da população nacional.

Depois de recordar que a região é a mais pobre do país e sofre de elevadas taxas de desemprego e emigração, além de ter os preços mais caros, o deputado lamenta que o governo não adopte medidas que permitam inverter este quadro.

“Estamos perante um governo centralista e controlador que governa contra esta região”, afirmou, alargando depois as suas críticas ao que considerou ser um “ataque despuadorado” ao distrito do Porto.

Segundo Sérgio Vieira, nos últimos dois anos, o distrito perdeu 800 milhões de euros e 20 mil postos de trabalho, além de ter 250 mil utentes sem médico de família.

Por outro lado, acusou o governo socialista de ter “congelado” a Universidade do Vale do Sousa, de ter



“abandonado” o Centro Materno-Infantil e “parado” o Metro do Porto, mas também de, “ao contrário do que prometeu”, se preparar para introduzir portagens nas SCUTs da região.

“É este o quadro negro que resulta da acção, ou falta dela, de um governo centralista e que governa de costas voltadas para o distrito do Porto”, frisou.

Depois da região norte e do distrito, Sérgio Vieira referiu que a cidade do Porto “também sofre na pele os devaneios centralistas e controladores do governo socialista”.

A intenção de transferir a gestão do Metro do Porto para Lisboa, a inviabilização da Linha da Boavista, os atrasos no pagamento de uma dívida de 8,7 milhões de euros para reabilitação dos bairros sociais e a falta de apoio ao programa ‘Porto Feliz’ foram alguns dos exemplos apontados.

Sérgio Vieira assegurou, por isso, que “um governo que confunde maioria absoluta com poder absoluto, continuará a contar com o combate e a oposição firme do PSD”. – **Fonte:CPD/PSD-Porto**

Notícias de Ovar

Vereadores PSD afirmam que a Estrada EN 109 não é alternativa válida à A 29 e contestam decisão governamental

De acordo com os anúncios oficiais e as notícias vindas a público mais recentemente, o Governo português liderado pelo Partido Socialista prepara-se para introduzir portagens na A29 (tecnicamente designada por SCUT Costa de Prata), já a partir do segundo semestre de 2007.

Alegadamente, esta decisão é justificada por esta região cumprir os critérios que o Governo estipulou: desenvolvimento económico e a existência de vias alternativas.

No caso concreto do Concelho de Ovar, os Vereadores do PSD nesta Câmara Municipal entendem que esta decisão é uma de uma enorme injustiça e é atentatória dos mais elementares direitos dos cidadãos.

Injustiça, porque a região que é abrangida pela SCUT Costa de Prata regista uma diminuição do PIB per capita (indicador utilizado para avaliar o desenvolvimento regional), passando de 98,1%, em 2001, para 96,3%, em 2003. Por outras palavras, é uma região que empobreceu nos últimos anos.

Injustiça, porque o concelho de Ovar regista um Índice de Poder de Compra Concelhio (indicador



utilizado para avaliar o desenvolvimento concelhio) de 79,2% da média nacional, ou seja, inferior ao limiar que o governo definiu para este caso que era de 90%.

Injustiça, porque as alternativas existentes não são minimamente razoáveis.

Os estudos elaborados identificam que, no nosso caso, a via alternativa é a velhinha EN109. Ora todos sabemos que esta estrada não é alternativa a coisa nenhuma. Inclusive, já não existem muitos troços da EN 109 no trajecto para Norte. E nos casos que existe, esta via já assumiu um carácter urbano, tendo sido “absorvida” pela expansão urbanística de diversos concelhos. Para mais, a EN109 é a via de acesso a escolas, infantários,

centros de saúde, superfícies comerciais, praças e espaços públicos.

Portanto, as condições de rapidez e, principalmente, de segurança para peões e automobilistas, não são idênticas às que existiam antigamente.

Consideramos, por isso, que é não é sério falar-se de alternativas, quando na prática, elas não existem.

Acresce a tudo isto o facto do Concelho de Ovar ser um pólo

turístico que atrai milhares de pessoas no Verão e aos fins-de-semana.

Imagine-se o que seria a EN109 a acolher, de novo, toda a enorme quantidade de veículos, ligeiros e pesados, que circulam na A29?

A ser levada por diante, esta decisão demonstra não haver razoabilidade e bom senso nas decisões políticas que podem ser gravemente prejudiciais para o nosso Concelho e para as nossas populações.

Assim, e por tudo isto, os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar manifestam o seu **FIRME PROTESTO E PROFUNDA DISCORDÂNCIA** à introdução de Portagens na A29. - **Os Vereadores/PSD na Câmara Municipal de Ovar.**

Comunicado sobre a Greve Geral

Posição dos TSD sobre a Greve Geral do dia 30 de Maio

A Intersindical marcou para o próximo dia 30 de Maio uma greve geral, invocando várias razões para essa decisão.

Os TSD consideram que uma greve geral deve ser usada como o último recurso dos recursos a que os trabalhadores podem recorrer para defender os seus direitos e interesses fundamentais, devendo, por isso mesmo, ser muito ponderada a sua marcação.

Entendemos que se uma acção de luta como a greve geral não tiver o êxito esperado, os seus objectivos não só não são plenamente alcançados, como o governo pode inferir desse facto que tem terreno livre para agravar as políticas que a greve visava combater.

Deve-se, por isso, criar todas as condições para que todos os trabalhadores e todo o movimento sindical sejam informados e participantes nesse processo de realização da greve geral.

Os dados que dispomos, no entanto, indicam que a CGTP decidiu desencadear esta iniciativa de forma unilateral, sem qualquer esforço de entendimento e de convergência com a UGT ou com os sindicatos independentes, o que é, no mínimo, estranho e lamentável.

Não está em causa a legitimidade da Intersindical em avançar sozinha para um processo de greve geral. Apenas está em questão o envolvimento, ou não, de todas as forças sindicais necessárias à mobilização dos trabalhadores para garantir o êxito desejado de um processo destes.

Todavia, para os TSD, há muitas e fortes razões para os trabalhadores

portugueses protestarem quanto ao rumo que o País está a seguir e aos sacrifícios brutais que o governo lhe está a impor.

- Temos de recuar ao ano de 1984 e ao tempo em que a inflação se situava nos 25%, para haver uma perda de poder de compra dos portugueses como a registada no ano passado.

- Temos o desemprego mais elevado dos últimos 22 anos, 8,4%, quase meio milhão de desempregados, colocando Portugal pela primeira vez desde que aderiu à União Europeia, acima da média do desemprego comunitário.

- Temos uma política de emprego que aprofunda a precariedade das relações de trabalho.

- Temos o desemprego dos jovens e de jovens licenciados sempre a subir, o que os impede de organizarem a sua vida familiar e de encararem o futuro com esperança.

- Temos de volta o fenómeno da emigração dos trabalhadores portugueses, típico dos tempos da ditadura - 145 mil emigraram nos dois últimos anos, por falta de emprego em Portugal (só em Espanha trabalham hoje 75 mil).

- Temos um sistema de saúde cada vez mais caro para os utentes, menos acessível e mais desumanizado.

- Temos Portugal a divergir pelo sétimo ano consecutivo da média europeia, e cada ano que passa há um novo País da União Europeia que nos ultrapassa.

- Temos as reformas que o governo se propôs realizar com muito foguetório, designadamente na Administração Pública, mas que só

têm conduzido à instabilidade e ao medo nesses sectores, sem quaisquer melhorias dos serviços públicos prestados aos utentes.

- Temos uma política fiscal hostil ao emprego e à competitividade das empresas. Exemplo – Portugal tem um IVA de 21%, um dos mais elevados da Europa, enquanto a vizinha Espanha tem um IVA de 16%, um dos mais baixos. Portugal tem uma das gasolinas mais caras do mundo (1,56 dólares), enquanto a Espanha tem uma das gasolinas mais baixas da Europa (1,15 dólares). Resultado, Portugal cresce 1,3%, a Espanha cresce 3,8%.

- Temos uma política económica que só nos últimos dois anos, conduziu à falência e ao encerramento de 48.500 micro e pequenas empresas.

- Temos uma sociedade com gritantes desigualdades sociais e em que cada ano que passa, os portugueses estão mais pobres, mais endividados, mais distantes do nível de vida dos europeus.

Estes são alguns dos motivos concretos que justificam a insatisfação dos trabalhadores e das famílias portuguesas, bem se compreendendo que expressem vivamente a sua legítima indignação.

Nunca antes os trabalhadores portugueses foram sujeitos a uma política de austeridade e de desmantelamento das relações e dos direitos sociais como está a suceder com o actual governo.

Para os TSD, o rumo que o País está a seguir causa a maior preocupação, porque cada ano que passa estamos mais longe do desenvolvimento médio europeu.

O interesse nacional exige novas políticas, que coloquem Portugal a convergir com a União Europeia, em ordem a que em 2013, último ano de aplicação do QREN, possamos alcançar, em termos de rendimento por habitante, pelo menos 80% da média comunitária. Só dessa forma se criará riqueza e inverter-se-á a marcha do desemprego.

É neste quadro que os TSD deixam aos seus dirigentes sindicais e aos associados dos seus sindicatos que ponderem com sentido de responsabilidade se devem ou não envolver-se numa greve que, havendo fortes razões económicas, sociais e sindicais para a fazer, foi desencadeada pela Intersindical sem espírito de unidade.

– TSD/Setúbal

Comunicado dos TSD

Sobre o caso “Fernando Charrua”

Os TSD vêm manifestar publicamente a sua perplexidade e repúdio pela medida disciplinar aplicada ao docente Fernando Charrua, que exercia as suas funções ao abrigo de uma requisição na Direcção Regional de Educação do Norte (DREN).

O referido professor foi suspenso, num acto de prepotência e arbitrariedade, em virtude de ter feito um comentário irónico e indirecto à licenciatura do Primeiro-ministro, pelo que é acusado pela Direcção Regional de ter “insultado” o governante.

Se, nas últimas semanas, por cada funcionário público que fizesse um comentário semelhante, acerca das circunstâncias bizarras sobre a obtenção da licenciatura do Primeiro-ministro, tivesse um processo disciplinar, então, pode afirmar-se, sem receio de engano, que ninguém escaparia à fúria persecutória do PS.

Se por cada piada dita sobre a “licenciatura” de José Sócrates, qualquer português fosse perseguido ou penalizado, Portugal era hoje uma grande prisão de milhões de cidadãos.

De resto, comentários semelhantes estiveram na base da recente invocação da sua condição de engenheiro, “inscrito na Ordem”, por parte do Ministro das Obras Públicas, Mário Lino, em tom irónico e perante a gargalhada geral da sala, proferidos no decurso do “Terceiro Congresso do Oeste” em Alcobaca, no passado dia 3 de Maio.

Se a um professor, por uma piada, é aplicada a sentença de suspensão e processo disciplinar, o que terá de ser aplicado a um Ministro quando faz igual comentário num acto solene e público?

Tal procedimento da DREN representa uma afronta e uma forma de pressão e de terrorismo psicológico sobre o conjunto dos funcionários públicos portugueses.

O que está em causa é a liberdade de expressão, direito fundamental a que o Senhor Presidente da República não pode ficar indiferente e que justifica ouvir a sua opinião.

Os TSD exigem à Senhora Ministra da Educação a demissão imediata da Directora da DREN e a anulação da medida disciplinar aplicada ao Prof. Fernando Charrua.

– O Secretariado Executivo

Comunicado dos TSD de Lisboa

Os «deslizes» do Governo socialista

Os portugueses já estavam habituados às várias “gaffes” do Ministro da economia Manuel Pinho, designadamente a cometida na China, mas agora têm um outro Ministro das Obras Públicas, Mário Lino, que é o campeão da asneira.

A sua caracterização da Região a sul do Tejo demonstra não ignorância mas má fé.

A justa revolta das populações locais e dos seus autarcas, bem como a dos restantes portugueses levariam a que o senhor Primeiro Ministro ao ter conhecimento deste caso e da sua enorme gravidade, proferisse em relação a este Ministro a célebre frase “obviamente demito-o”, mas infelizmente faltalhe a coragem política do seu autor.

E assim vai Portugal. – TSD/AML

Comunicado conjunto da JSD e da CPI de Graciosa

A CPI do PSD Graciosa e a JSD Graciosa reuniram para analisar a situação da ilha Graciosa, procurando novos caminhos para alcançar o seu progresso e desenvolvimento.

Esta iniciativa teve o intuito de empreender um melhor conhecimento das diferentes perspectivas sobre os desafios que se colocam à ilha Graciosa, aos seus jovens e, consequentemente, ao nosso futuro comum.

É pois de enaltecer a participação dos jovens na abordagem das questões mais relevantes para a ilha Graciosa, bem como as virtudes de um diálogo intergeracional.

O PSD e a JSD Graciosa entendem que tem existido uma frequente e repetida falta de atenção para os problemas da Ilha Graciosa por parte do Governo Regional dos Açores. A Graciosa tem sido recorrentemente deixada para trás e nem a sua designação como ilha da coesão levou a um maior desenvolvimento ou sequer a uma discriminação positiva.

O grave problema da desertificação humana que se abate sobre esta ilha não tem tido, por parte do Governo, a adopção de medidas que tornem a Graciosa um local mais competitivo, onde exista criação de emprego e de fixação dos nossos jovens.

Por outro lado, não tem havido empenho do Governo em conhecer as potencialidades da ilha ou em desenvolver mecanismos que tornem mais atractivos o investimento e a criação de riqueza.

Só através desse conhecimento, e só com políticas de diferenciação específicas para a Graciosa se poderá cativar os nossos jovens para permanecer nesta ilha, e aqueles que

vão completar estudos superiores a voltar para a sua terra.

Contudo, já muito tempo se perdeu e não podemos deixar de responsabilizar o Governo que já leva 11 anos de poder.

As obras que o Governo Regional tem feito na Graciosa são importantes, mas elas, só por si, não chegam para que a Graciosa dê o salto para o crescimento e o desenvolvimento económico. A Graciosa precisa de mais, de muito mais, para não continuar a ver os seus melhores valores a abandonar a ilha para não mais voltar.

O PSD e a JSD Graciosa entendem que só com a criação de uma sociedade de desenvolvimento para a ilha, numa parceria entre o Governo, as Autarquias e privados podemos iniciar esse processo de criação de emprego, de aconselhamento à iniciativa empresarial, de melhoria das condições de trabalho e de produção dos pescadores e agricultores, de valorização do tecido produtivo e de maior valor de mercado para os produtos Graciosenses.

O PSD e a JSD Graciosa estarão atentos e empenhados em lutar por um melhor futuro para a Graciosa e para as suas gentes. Não deixaremos de chamar a atenção para esta ilha e não deixaremos de trabalhar para que a Graciosa encontre o caminho do progresso.

Os Graciosenses podem contar com o PSD e com a JSD Graciosa para que a nossa ilha não continue esquecida e seja uma ilha de futuro. A Graciosa merece mais e melhor.

Pela Graciosa, com o PSD.

– CPI (João Costa); JSD (António Reis)

Angra do Heroísmo, 22 de Maio de 2007

JSD critica falta de informação sobre Cartão Inter-Jovem



Os jovens social-democratas das ilhas do Faial, Pico e São Jorge manifestaram-se hoje “indignados” com a ausência de informação sobre o cartão Inter-Jovem, título que possibilita descontos nas viagens de barco entre as ilhas açorianas.

Em comunicado, as comissões políticas das ilhas do Triângulo, denunciam que “paira no ar a dúvida de quando será lançado aquele cartão e que vantagens irá oferecer este ano”.

O dirigentes da JSD das ilhas do Faial, Pico e São Jorge consideram ser necessária a divulgação de “todas as questões relativas ao referido cartão, para que os jovens açorianos possam marcar as suas férias e viagens atempadamente, agora que se aproxima o Verão”.

Segundo os jovens laranja “há dúvidas quanto aos protocolos ainda por assinar e, face à publicidade feita ao cartão, é, no mínimo, indispensável que sejam dadas garantias do seu lançamento”.

Referindo-se ainda às políticas relativas à divulgação daquelas três ilhas, os jovens social-democratas do Triângulo defendem ser “urgente e importante apostar na criação de turismo activo, nomeadamente com a elaboração de roteiros ligados à natureza e associados à prática desportiva”.

Isso permitiria “aproveitar as nossas especificidades naturais, chamando cada vez mais jovens a estas três ilhas”. Segundo salientam, “as nossas ilhas têm um potencial interessantíssimo em termos de desporto radical e urge apostar neste vertente”.

Para mais informações contactar o Presidente da JSD/Pico e Secretário-Geral da JSD/Açores - Rómulo M. Ávila (91 280 84 72)

Nota à Comunicação Social

• JSD/Triângulo questiona cartão Inter-Jovem;

• JSD/Triângulo quer aposta no Desporto Radical;

As Comissões Políticas da Juventude Social Democrata das ilhas do Faial, Pico e São Jorge estão preocupadas com o cartão Inter-Jovem. Os jovens laranjas destas três ilhas afirmam que “paira no ar a dúvida de quando será lançado este cartão e que vantagens irá oferecer”

A JSD/Triângulo julga ser necessária a divulgação de todas as questões relativas ao referido cartão, para que os jovens açorianos possam marcar as suas férias atempadamente, bem como outras viagens por esta altura do Verão. “Ainda pairam dúvidas no ar quanto aos protocolos que ainda faltam assinar, e face à publicidade feita ao cartão é no mínimo indispensável que haja garantias do seu lançamento”, referem os responsáveis pela JSD destas três ilhas dos Açores.

Por outro lado, os jovens social democratas do Pico, Faial e São Jorge defendem que é urgente e importante apostar na criação de turismo activo. Para nós, a elaboração de roteiros ligados à natureza associada à prática desportiva, constitui mais uma forma de aproveitar as nossas especificidades naturais, chamando cada vez mais jovens a estas três ilhas. “As nossas ilhas têm um potencial interessantíssimo em termos de desporto radical e urge apostar neste vertente”, concluem os jotas.

Sempre pelo Triângulo! Sempre pelos Açores,

Ilhas do Triângulo, 22 de Maio de 2007

Pela JSD Triângulo,
Rómulo M. Ávila (91 280 84 72)
– Presidente da JSD/Pico e Secretário-Geral da JSD/Açores
João Gonçalves (91 475 20 51) – Presidente da JSD/São Jorge e Vogal da JSD/Açores

Hugo Rombeiro (96 292 29 78) – Presidente da JSD/Faial e Vice-Presidente da JSD/Açores



JSD Distrital de Braga pede desculpa a Engenheiro Sócrates.



No seguimento da colocação de uma lona alusiva ao Enterro da Gata 2007 (queima das fitas dos estudantes de Braga) e à licenciatura “apressada” do Engenheiro Sócrates (ao abrigo do projecto Novas Oportunidades – aprender à pressa) junto à Universidade do Minho, a Comissão Política Distrital de Braga da Juventude Social Democrata e o Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da U. Minho, vêm deste modo pedir publicamente desculpa ao visado pela colocação da referida lona.

Pretende desta forma, a estrutura em causa, poupar incómodos telefonemas bem como atitudes de democraticidade duvidosa aos membros do aparelho socialista.

Num Estado de natureza Democrática, exigem-se explicações claras e directas sobre os telefonemas para meios de comunicação social sobre a “licenciatura do Engenheiro” bem como o presente caso envolvendo o professor (com licenciatura) Fernando Charrua.

A não se verificarem tais esclarecimentos vem a CPD-Braga da JSD denunciar a falta de sentido democrático instalada em Portugal desde a tomada de posse do

Engenheiro José Sócrates, a clara e inequívoca tentativa de controlar a comunicação social, a crescente asfixia de liberdade de opinião e a lamentável tentativa de ocultar todas essas manobras atentatórias à democracia.

Exige ainda, a CPD-Braga da JSD, a clarificação sobre quem merece afinal ser sancionado, se uns largos milhares de portugueses que em tom de divertimento comentaram a alegada “licenciatura”, se um só Sr. que não “divertiu” ninguém mas que por sua vez mentiu deliberadamente aos portugueses com o intuito de ganhar um acto eleitoral a qualquer preço.

Em conclusão, Portugal não precisa de uma lema de “Novas oportunidades” - ficamos com a sensação de que já teria havido “velhas oportunidades” que não conseguimos vislumbrar. Portugal não é um país em que só gente com “canudo” mereça oportunidades. Portugal é um país que precisa sim de gente SÉRIA. É com esses que trabalhamos e é a esses que queremos dar voz.

Por Novas Oportunidades, mas acima de tudo, Pela Honestidade...

A Comissão Política Distrital de Braga da Juventude Social Democrata.

JSD-Seixal - Comunicado

Resposta às falsidades do vereador do Ambiente da Câmara do Seixal

A JSD-Seixal, confrontada com as declarações do Exmo. Senhor Vereador do Ambiente Carlos Mateus, relativas ao processo levantado contra a JSD relativamente ao Outdoor junto à EN 10 em Corroios, vem pronunciar-se no seguinte sentido:

- A JSD-Seixal considera parte das declarações do Exmo. Senhor Vereador caluniosas e que não correspondem à verdade;

A JSD, ao contrário do que é dito no Jornal Primeiro de Janeiro, foi notificada por escrito pela Câmara Municipal do Seixal (CMS) com o intuito de ser retirado o Outdoor supra identificado com a frase: “Prometeram? Agora Cumpram! Terminem a Alternativa à EN10.”;

- A JSD-Seixal respondeu dentro do prazo de 10 dias, ou seja, dentro do prazo para audiência de interessados, sendo que apresentamos inclusivamente elementos probatórios;

- Na Assembleia Municipal de 23.04.07 foi afirmado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, que independentemente da resposta da JSD Seixal, a decisão já estava tomada: RETIRAR O OUTDOOR DA JSD;

- Vem agora o Exmo. Senhor Vereador dizer que ainda nada estava decidido, o que entra em directa contradição com as palavras do Exmo.

Senhor Presidente da Câmara, revelando alguma confusão – que não se resume a este tema – dentro do órgão CMS;

- Ao contrário das palavras do Exmo. Sr. Vereador Carlos Mateus, nunca foi ponderada a hipótese de colocar o Outdoor a 10 metros de distancia - e se foi, tal nunca foi comunicado à JSD - pois a Rotunda onde ele está inserido encontra-se rodeada de Outdoor's e não há qualquer possibilidade do colocar a 10 metros;

- A JSD-Seixal recorreu à Comissão Nacional de Eleições, na medida em que é esta a entidade que tem competência para aferir da legalidade da propaganda partidária, sendo que apenas solicitámos um parecer para que pudesse ser junto ao processo a correr na Câmara Municipal do Seixal – aquele para o qual fomos notificados, respondemos, mas que o Exmo. Senhor Vereador Carlos Mateus diz não existir “Carlos Mateus sublinhou que nem sequer foi entregue qualquer notificação por escrito à JSD”, in Jornal Primeiro de Janeiro, 17.05.07;

- A JSD aguarda pela gravação da reunião da Assembleia Municipal de 23.04.07 que irá demonstrar que o Presidente da Câmara Municipal insinuou que os militantes da JSD eram Vândalos. – CPS/PSD-Seixal

Notícias de Leiria

Inquérito da JSD Leiria à juventude local

A Juventude Social-Democrata de Leiria realizou, durante todo o fim-de-semana passado, um inquérito à juventude Leiriense.

A população-alvo do presente estudo, estava dividida em duas faixas etárias sendo uma delas compreendida entre os 15 e os 18 anos de idade e a segunda entre 18 e os 30.

Assim sendo a Jsd inquiriu jovens estudantes da Escola Secundária Domingos Sequeira e do Liceu Rodrigues Lobo.

Para além deste e durante a noite de Sábado a Jsd inquiriu dezenas de outros jovens na Praça Rodrigues Lobo e no Terreiro.

O propósito global do estudo era o de avaliar o conhecimento da classe política nacional e local por parte dos jovens leirienses. Fazer uma avaliação respectiva dos mandatos. E em último lugar uma procura pormenorizada de prioridades políticas por parte dos inquiridos.

Neste momento os resultados estão a ser estudados por uma equipa da Concelhia de Leiria nomeada para o efeito, no entanto e desde já, a Jsd pode desvendar alguns resultados que merecem destaque e que são altamente

consensuais.

O ambiente na Cidade e em concreto o Rio Liz são elementos que preocupam a Juventude. A questão por resolver das suiniculturas aparece quase sempre associada a questão anterior.

Apesar da população trabalhadora estar quase toda empregada, o desemprego é um fenómeno que alarma os jovens leirienses.

Quando colocados com a questão: “uma obra para o Concelho de Leiria?”; grande parte responde, um pavilhão multiusos para a Cidade.

Sobre o programa Polis e avaliando concretamente o mesmo, independentemente da nota global, ainda não calculada, a maioria lamenta o atraso nas obras, utilizando as expressões: “anos de atraso” e “parques de estacionamento desnecessários”.

Depois de devidamente analisados os resultados, a Jsd pretende confrontar autarcas e outros eleitos e representantes políticos para os mesmos. Quanto a alternativas e prioridades políticas para o futuro do Concelho e do País, estas serão sem excepção algumas das que a Juventude Social-Democrata irá assumir e defender. – JSD/Leiria





MIRANDA DO DOURO (CPD BRAGANÇA)

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 71.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma Assembleia Eleitoral, para reunir no dia 22 de Julho de 2007, no período compreendido entre as 16h00 e as 18h00, na sede concelhia do PSD de Miranda do Douro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Decorrente dos Estatutos, este processo eleitoral dera Presidido pelo Presidente da Comissão Política Distrital.

As listas candidatas aos órgãos concelhios (Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção) têm de ser entregues, nos termos regulamentares e estatutários, na sede distrital do PSD, em Bragança, até às 24h00 do dia 19 de Julho de 2007.

NÚCLEO DE OLIVEIRA DO DOURO (CPS V. N. de GAIA)

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convocam-se os militantes do Núcleo de Oliveira do Douro – Vila Nova de Gaia, do Partido Social Democrata, a reunirem em Assembleia Eleitoral no dia 30 de Junho de 2007, no período compreendido entre as 16h00 e as 18h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, sita na Rua D. M.ª Costa Basto, 525, Oliveira do Douro – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Oliveira do Douro do PSD

NOTA: As listas candidatas, conforme dispõe o regulamento Eleitoral, deverão ser entregues na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, das 22h00 às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

Só poderão eleger e ser eleitos, os militantes que tenham as quotas em dia e que tenham pelo menos 6 meses de efectividade de filiação.

PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os

militantes da Secção de Proença-a-Nova, para reunirem em Assembleia Eleitoral, no dia 30 de Junho de 2007, na sua sede, sita na Rua do Vale, em Proença-a-Nova, entre as 19h00 e as 22h00, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede da Secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia.

REDONDO (CPD ÉVORA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Redondo, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 13 de Julho de 2007, no Monte do Zambujeiro, em redondo, entre as 20h00 e as 22h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, 48 – em Évora.

REGUENGO DE MONSARAZ (CPD ÉVORA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Reguengo de Monsaraz, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 13 de Julho de 2007, na sede concelhia, sita na Rua Serpa Pinto, n.º 15, em Reguengo de Monsaraz, entre as 20h00 e as 23h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o possa substituir, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, 48 – em Évora.

SECÇÃO ORIENTAL

Ao abrigo do artigo 51.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 28 de Junho (quinta-feira), pelas 21H00, na sede da Secção Oriental, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21 A - Sub/Cave,

Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação Político-partidária

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos do PSD, cumpre-me convocar os Militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para a 4.ª ASSEMBLEIA

DE SECÇÃO de 2007 a realizar no dia 14 de Junho de 2007, (quinta-feira), pelas 21.00 h, na Sede da Secção Concelhia de Vila Franca de Xira, sito na Rua da Praia n.º 63, 2600-223 Vila Franca de Xira, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1- Apresentação, discussão e aprovação do relatório de contas referente

ano de 2006.

2- Apresentação, discussão e aprovação do orçamento para 2007.

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos do PSD, cumpre-me convocar os Militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para a 5.ª ASSEMBLEIA DE SECÇÃO de 2007 a realizar no dia 14 de Junho de 2007, (quinta-feira), pelas 21.30 h, na Sede da Secção Concelhia de Vila Franca de Xira, sito na Rua da Praia n.º 63, 2600-223 Vila Franca de Xira, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 Informações

2 Análise e aprovação da reestruturação dos Núcleos do PSD do

Concelho de Vila Franca de Xira

3 Análise da situação Político-partidária.

VILA NOVA DA BARQUINHA (CPD DE SANTARÉM)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes da concelhia do PSD de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 29 de Junho de 2007, (sexta-feira) pelas 21H00 horas, na R. Vasco da Gama, n.º 6, em Vila Nova da Barquinha, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues até as 24 horas do 3.º dia anterior ao acto eleitoral na sede Distrital, ao Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem o representar.

As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 21H30m às 23 H30m



ODIVELAS

Ao abrigo do artigo 30.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário da Secção de Odivelas, para o próximo dia 6 de Junho de 2007, pelas 21 horas na Sede da JSD, sita na Rua Roque Gameiro, n.º 11 C/V Dt.º, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
 - 2 – Análise da Situação Política;
 - 3 – Outros Assuntos.
- O Presidente da Mesa
(Pedro Vara)

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes da Secção de Fafe da JSD, para reunir no dia 15 de Junho de 2007 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Fafe, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

Análise da Situação Política;
O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Fafe
(Tiago Mendes)

NÚCLEO DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da Universidade do Minho, para reunir no dia 14 de Junho de 2007 (quinta-feira), pelas 15 horas, sita na Sede Distrital do PSD de Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política;

2 – Aprovação do Logótipo do NESDUM.

O Presidente da Mesa do Plenário do NESD
(Jorge Adélio Costa)

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da Covilhã, para reunião a realizar dia 6 de Julho de 2007, pelas 20 horas, na Sede do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia da Covilhã ao Conselho Distrital Eleitoral do



Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Covilhã;

8 - As urnas estarão abertas das 20h30m às 21h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Castelo Branco, para reunião a realizar dia 6 de Julho de 2007, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua do Pina nº 6 em Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Castelo Branco ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de

membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Castelo Branco;

8 - As urnas estarão abertas das 21h30m às 22h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio do Fundão, para reunião a realizar dia 7 de Julho de 2007, pelas 18 horas, na Sede do PSD do Fundão, sita na Rua do Conde de Idanha-a-Nova, Edifício Acrópole, Piso 1, Loja 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia do Fundão ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso

Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Fundão;

8 - As urnas estarão abertas das 18h30m às 19h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

IDANHA-a-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Idanha-a-Nova, para reunião a realizar dia 6 de Julho de 2007, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Idanha-a-Nova, sita na Travessa de Nossa Sr.ª do Rosário, em Idanha-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Idanha-a-Nova ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Idanha-a-Nova;

8 - As urnas estarão abertas das 21h30m às 22h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de

Oleiros, para reunião a realizar dia 6 de Julho de 2007, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Oleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Oleiros ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número impar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Oleiros;

8 - As urnas estarão abertas das 18h30m às 19h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Proença-a-Nova, para reunião a realizar dia 7 de Julho de 2007, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Proença-a-Nova, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Proença-a-Nova ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os

candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Proença-a-Nova;

8 - As urnas estarão abertas das 18h30m às 19h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da Sertã, para reunião a realizar dia 6 de Julho de 2007, pelas 21 horas, na Sede do PSD da Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Sertã ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Sertã;

8 - As urnas estarão abertas das 21h30m às 22h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)

VILA de REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila de Rei, para reunião a realizar

dia 6 de Julho de 2007, pelas 19 horas, na Sede do PSD de Vila de Rei, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Eleição dos delegados residenciais da concelhia de Vila de Rei ao Conselho Distrital Eleitoral do Distrito de Castelo Branco.

Notas:

1 - As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2 - As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 - Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 - Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 - Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 - Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 - As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente do Congresso Nacional, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Vila de Rei;

8 - As urnas estarão abertas das 19h30m às 20h30m.

A Mesa do Congresso Nacional
(Daniel Jorge Martins Fangueiro)